



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO RIO GRANDE DO SUL-UERGS  
ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA – 5ª EDIÇÃO**

**SIMONE DE FREITAS MORAES**

**O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**

**Porto Alegre**

**2023**



**SIMONE DE FREITAS MORAES**

**O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Especialização em Gestão Pública, da  
Universidade Estadual do Rio Grande do  
Sul, como obtenção para o título de  
Especialista em Gestão Pública.  
Orientadora: Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Paola Carmen  
Valenzuela Cánepa**

**Porto Alegre**

**2023**

Catálogo de Publicação na Fonte

M827p Moraes, Simone de Freitas.

O processo de interiorização dos migrantes venezuelanos no município de Cachoeirinha. / Simone de Freitas Moraes. – Porto Alegre,

2023.

60 f.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Paola Carmen Valenzuela Cánepa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, Curso de Especialização em Gestão Pública, Unidade em Porto Alegre, 2023.

**SIMONE DE FREITAS MORAES**

**O PROCESSO DE INTERIORIZAÇÃO DOS MIGRANTES VENEZUELANOS NO  
MUNICÍPIO DE CACHOEIRINHA**

**Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Departamento de  
Especialização em Gestão Pública, da  
Universidade Estadual do Rio Grande do  
Sul, como obtenção para o título de  
Especialista em Gestão Pública.  
Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Paola Carmen  
Valenzuela Cánepa**

**Aprovado em: 20/10/2023**

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientador (a): Prof.<sup>a</sup> Dra. Paola Carmen Valenzuela Cánepa  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra Jaciena Cristina Costa Ladeira  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Vania Roseli Correa de Mello  
Universidade Estadual do Rio Grande do Sul - UERGS

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pela vida e pela oportunidade que me dá a cada dia de reescrever minha história e me tornar uma pessoa melhor.

À minha família, meu marido Solano e minhas filhas Samanta e Gabriela, por serem tanto em minha vida, por me estimularem e estarem comigo em todos os momentos e por ressignificarem minha existência.

Às minhas amigas, Renata e Luciane, rede de apoio no trabalho e na vida. À Renata por estar sempre disponível a me ouvir e ajudar com a tecnologia. À Luciane por sempre ter palavras doces e motivacionais.

À Cássia Gisele, colega de trabalho e colega neste curso; agora amiga. Juntas terminamos este curso em meio a muitas diversidades. Obrigada por me ajudar a não desistir, sem a motivação tua eu não teria enviado minha carta de intenção à UERGS.

Aos migrantes venezuelanos que foram objeto deste trabalho, pessoas que fazem parte do meu cotidiano profissional.

A Prefeitura de Cachoeirinha, a SMCAS, meu local de trabalho há 18 anos, que tanto me orgulha e desafia o meu fazer profissional diariamente.

Obrigada a todos que, direta ou indiretamente, fizeram parte do processo e/ou da construção deste estudo.

*O conceito de direitos humanos, baseados na suposta existência de um ser humano em si, desmoronou-se no mesmo instante em que aqueles que diziam acreditar nele se confrontaram pela primeira vez com seres que haviam realmente perdido todas as outras qualidades e relações específicas – exceto que ainda eram humanos.*

Hannah Arendt

## RESUMO

O presente trabalho de Conclusão de Curso busca analisar o fluxo migratório venezuelano no Brasil, sob a perspectiva do processo de interiorização deste público, no município de Cachoeirinha, no Estado do Rio Grande do Sul. Além disso, este estudo apresenta as etapas do processo de interiorização junto aos migrantes venezuelanos, no Abrigo de Interiorização. O Abrigo acolheu um total de 80 homens oriundos da Venezuela, que chegaram inicialmente em Roraima, sendo, posteriormente, encaminhados ao Estado gaúcho. O estudo aborda ainda o acesso às políticas públicas e à proteção social – fortalecedores para o alcance integral da cidadania, no município onde ocorreu a interiorização. Para tanto, elegeu-se como objetivo geral, expor as experiências vivenciadas com os migrantes venezuelanos a partir do processo de interiorização, no período de 2018 a 2019. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, composta de análise bibliográfica, que se valeu ainda do uso de análise de documentos públicos e relato de experiência da pesquisadora no processo de interiorização. Conclui-se, por intermédio dos achados desta pesquisa, à luz do processo de interiorização, a premente necessidade de, através das vivências relatadas em consonância com a legislação vigente, haver a proposição de legislação própria, bem como o fomento das políticas públicas para o coletivo migrante venezuelano.

**Palavras-chave:** *processo migratório; migração venezuelana; processo de interiorização; abrigo de interiorização.*

## ABSTRACT

This course conclusion aims to analyze the Venezuelan migratory flow in Brazil, from the perspective of the process of interiorization of this public, in the municipality of Cachoeirinha, in the state of Rio Grande do Sul. In addition, this study presents the stages of the internalization process with Venezuelan migrants in the Internalization Shelter. The shelter took in a total of 80 men from Venezuela, who initially arrived in Roraima and were later sent to the state of Rio Grande do Sul. The study also looks at access to public policies and social protection - strengthening factors for full citizenship - in the municipality where the interiorization took place. To this end, the general objective was to expose the experiences of Venezuelan migrants as a result of the internalization process, from 2018 to 2019. This is a qualitative study, made up of a bibliographical analysis, which also used an analysis of public documents and the researcher's experience of the internalization process. Through the findings of this research, in the light of the process of interiorization, it is concluded that there is an urgent need, through the experiences reported in line with current legislation, to propose legislation of their own, as well as the promotion of public policies for the Venezuelan migrant collective.

**Keywords:** *migratory process; Venezuelan migration; internalization process; immigration shelter*



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fluxograma 1 – Linha do Tempo.....	27
Quadro 1 – Etapas do Plano de Ação.....	31
Fotografia 1 – Jantar de Recepção.....	30
Fotografia 2 – Ação do cadastramento do CADÚnico 100% no sistema.....	34
Fotografia 3 – Ação em saúde na UBS Carlos Wilkens.....	35
Fotografia 4 – Confeção de Currículos – SINE.....	36
Fotografia 5 – Trabalhadores Venezuelanos na Construção Civil.....	36

## LISTA DE ABREVIATURAS

ASAV – Associação Antônio Vieira

ACNUR – Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados

BPC – Benefício de Prestação Continuada

CONARE – Sistema do Comitê Nacional para Refugiados

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

EJA – Educação de Jovens e Adultos

ESF – Estratégia de Saúde da Família

INSS – Instituto Nacional do Seguro Social

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

OIM – Organização Integradora para a Migração

ONU – Organização das Nações Unidas

RNM – Registro Nacional Migratório

RS – Rio Grande do Sul

SINE – Sistema Nacional de Emprego

SMCAS – Secretaria de Município da Cidadania e Assistência Social

SUAS – Sistema Único de Assistência Social

SUS – Sistema Único de Saúde

TCC – Trabalho de Conclusão de Curso

UBS – Unidade Básica de Saúde

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
1 A MIGRAÇÃO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO: Fatores de Expulsão e Escolha de Novos Territórios.....	14
<b>1.1 MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS.....</b>	<b>15</b>
1.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL VOLTADAS AO PROCESSO DE MIGRAÇÃO.....	16
<b>1.2.1 Integração Local.....</b>	<b>17</b>
<b>2 METODOLOGIA .....</b>	<b>24</b>
2.1 OBJETIVOS.....	25
<b>2.1.1 Objetivo Geral.....</b>	<b>25</b>
<b>2.1.2 Objetivos Específicos.....</b>	<b>25</b>
<b>3 ANÁLISE DOS DADOS.....</b>	<b>27</b>
3.1 LINHA DO TEMPO.....	27
3.2 IMPLANTAÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL PARA MIGRANTES VENEZUELANOS.....	28
<b>3.2.1 Centro Humanitário Nossa Gente.....</b>	<b>30</b>
3.3 PLANO DE AÇÃO.....	31
3.4 PRINCIPAIS DESAFIOS.....	31
3.5 GESTÃO TÉCNICA.....	33
3.6 TRABALHO REALIZADO.....	34
3.7 SOBRE DESACOLHER DA MODALIDADE ABRIGO.....	39
3.8 TÉRMINO DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA MODALIDADE ABRIGO..	40
3.9 SERVIÇO ESPECIALIZADO AO MIGRANTE.....	41
<b>4 DISCUSSÃO.....</b>	<b>44</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>55</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>58</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como temática o fluxo migratório venezuelano no Brasil e a apresentação de um Abrigo de Interiorização, realizado na cidade de Cachoeirinha<sup>1</sup>, no Estado Rio Grande do Sul (RS). O processo de interiorização é uma ação do governo federal, que busca a realocação voluntária para migrantes venezuelanos que estão em Roraima para outros Estados brasileiros. Sendo assim, Cachoeirinha foi uma das cidades de destino, onde foram acolhidos os migrantes venezuelanos através da participação na modalidade Abrigo da Interiorização.

A pesquisa busca responder de que maneira o poder público municipal desenvolveu a integração local dos migrantes venezuelanos durante o acolhimento da interiorização em Cachoeirinha. Para isso, a análise proposta será feita sobre a atuação da gestão municipal no processo de integração dos migrantes venezuelanos ao longo dos seis meses de funcionamento do Abrigo de Interiorização na cidade.

O objetivo geral deste estudo é expor as experiências vivenciadas com os migrantes venezuelanos a partir do processo de interiorização no município de Cachoeirinha, no período de 2018-2019. Para alcançar o objetivo principal, alguns objetivos específicos foram propostos, sendo eles:

- a) identificar o processo de interiorização de migrantes no Brasil;
- b) revisar os documentos públicos que formam parte da experiência do processo de interiorização;
- c) criar uma linha do tempo no processo de interiorização dos venezuelanos;
- d) abordar os principais *insights* das experiências vivenciadas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece o fluxo migratório venezuelano como o maior deslocamento populacional da história recente da América Latina. Segundo o portal operacional conjunto do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e da Organização Internacional para as Migrações (OIM), em junho de 2019, houve mais de 4 milhões de migrantes, refugiados e solicitantes de refúgio oriundos da Venezuela no mundo – sendo a América Latina e o Caribe responsáveis por receber a maior parte deste número.

No Brasil, conforme o Plano Regional de Resposta para pessoas refugiadas e migrantes da Venezuela, um documento conjunto do ACNUR e da OIM (2019), o principal

---

1 Cachoeirinha – Cidade. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeirinha\\_\(Rio\\_Grande\\_do\\_Sul\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Cachoeirinha_(Rio_Grande_do_Sul)).

local de chegada é o Estado de Roraima, por ser o único Estado fronteiriço acessível por terra. Ainda consta no Plano Regional de Resposta, do ACNUR e da OIM (2019), que pessoas chegam em condições de grave vulnerabilidade e com necessidade urgente de assistência humanitária. Em geral, esses indivíduos necessitam de auxílio quanto à documentação, abrigo, alimentação e atendimentos de saúde, sendo esses serviços oferecidos pelo governo federal, ACNUR, OIM e parceiros.

Em abril de 2019, o ACNUR e a OIM descreveram no Plano Regional de Resposta que, “[...desde 2016, mais de 88.900 venezuelanos chegaram ao Brasil. Desses, 65.600 são solicitantes de refúgio e 23.300 têm pedido de autorização de residência temporária e, desde novembro de 2018, há uma média de 400 a 500 pessoas ingressando no Brasil por dia” (UNHCR, 2018, tradução nossa).

Conforme Fonseca (2019), o desenvolvimento da estratégia de interiorização dos venezuelanos começou em abril de 2018. Desde então, as realocações continuavam sendo implementadas por etapas de realização em diversas cidades brasileiras, através do trabalho do Comitê Federal de Assistência Emergencial. No momento, a estratégia de interiorização foi utilizada em diversas cidades brasileiras.

Ressalta-se, todavia, que ainda há poucas pesquisas acadêmicas e publicações que investiguem e analisem essa questão. Isso impôs a este estudo certas limitações de revisão bibliográfica sobre a ação em si. Tal fato restringiu também a possibilidade de realização de estudos comparativos sobre resultados alcançados acerca da integração local, nas diversas cidades brasileiras que acolheram os migrantes venezuelanos interiorizados pelo governo federal.

Esta pesquisa visa contribuir para a construção de um histórico sobre a interiorização, em uma das cidades de destino, registrando e descrevendo os principais pontos sobre o funcionamento da estratégia da interiorização. Também pretende indicar e discutir a atuação e as interações de um governo local ao participar da interiorização, e sobre seu envolvimento com a temática das migrações, além da construção da integração local de migrantes e refugiados.

O interesse pelo tema surgiu após a participação efetiva neste processo de interiorização, no município de Cachoeirinha, onde a autora é servidora pública da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social há 18 anos. Essa experiência oportunizou o aprendizado efetivo sobre a migração venezuelana, além de fomentar o questionamento acerca do processo de integração local de refugiados, bem como avaliar o que ainda precisa evoluir para possibilitar o acesso às políticas públicas.

Além disso, muito se discutiu sobre a adesão de cidades gaúchas à interiorização, a chegada de migrantes venezuelanos ao Rio Grande do Sul, as possibilidades de integração e a construção de uma atuação conjunta da rede para o acolhimento nas cidades do Estado gaúcho.

Este trabalho contempla a perspectiva do ator político local e dos agentes municipais que atuaram no Abrigo de Interiorização durante o processo de integração local dos venezuelanos recepcionados.

O trabalho se divide 4 capítulos. O capítulo 1 traz a revisão da literatura utilizada para o trabalho sobre a legislação federal, conceitualização e o processo de integração local de migrantes e refugiados. O capítulo 2 apresenta a metodologia utilizada para esta pesquisa. No capítulo 3, apresenta-se uma análise através da construção de uma linha do tempo de como foi o processo de implantação do Abrigo de Interiorização até o encerramento das atividades na modalidade de acolhimento e a necessidade de instituir um novo serviço para dar continuidade aos atendimentos da população migrante. O capítulo 4 aborda o processo vivenciado na interiorização. Faz-se ainda uma categorização de alguns itens que buscam fomentar a discussão sobre a formalização de leis específicas, assim como a potencialização de políticas públicas. Por fim, traz-se as considerações finais relevantes desta pesquisa e a prospecção de aspectos a serem explorados sobre o tema.

## **1 A MIGRAÇÃO EM UM CONTEXTO HISTÓRICO: fatores de expulsão e de escolha de novos territórios**

O processo migratório não é algo recente na história da humanidade, mas nos últimos anos vem conquistando espaço na pauta política. Isso se dá em virtude da ampliação do número de pessoas que têm buscado, em outros países, a possibilidade de um recomeço e de melhores condições de vida. Geralmente, esse movimento migratório acontece em grandes quantidades quando existe um cenário pós-guerra ou uma crise econômica e/ou política acentuada no país de origem do migrante. Para Figueiredo e Zanellatto (2017, p. 77) a migração é um “processo de deslocamento de indivíduos dentro de um espaço geográfico, de forma temporária ou permanente, que pode ser desencadeado por vários motivos: econômicos, culturais, religiosos, políticos e naturais (secas, terremotos, enchentes etc.)”.

Tal processo é histórico, sendo decorrente da chegada dos portugueses para a exploração dos recursos naturais do Brasil, como o pau-brasil e, posteriormente, com a exploração pelo cultivo da cana de açúcar. No entanto, merece destaque a migração que houve pós-abolição da escravatura, em 1888, quando diversos migrantes receberam incentivos do Brasil para virem de seus países de origem para trabalhar na agricultura e auxiliar no desenvolvimento do país.

Por outro lado, essa mudança não foi planejada, isto é, não foi pensada nenhuma ação para os migrantes africanos que já estavam no país devido à escravidão. Nesse sentido, é oportuno problematizar que nos seguimentos de migração há também fatores que tornam o processo mais fácil ou não, como as questões étnico-raciais e os países de origem. Ainda no que tange ao processo migratório, que ocorreu pós-escravidão é necessário destacar o seguinte:

A imigração, a partir do século XIX, passou a ser vista no Brasil como um processo civilizatório e a forma mais racional de ocupação e colonização das terras devolutas, utilizando-se do pressuposto da superioridade branca como argumento para o estabelecimento no sul do país de um modelo de colonização em pequenas propriedades e com base na vinda de trabalhadores europeus, que aqui formaram núcleos e colônias, num modelo diferente do sistema escravagista, que passou a ser construído a partir de meados daquele século (Figueiredo; Zenellatto, 2017, p. 80).

O pensamento de processo civilizatório, e, certamente, de embranquecimento da população brasileira, que aconteceu nesse período, foi sendo corroborado ao longo dos anos. Tal medida acontece pela supervalorização da cultura eurocêntrica e da desvalorização da sulamericana e africana. Por esse motivo, a Europa foi – e é – um dos destinos principais dos brasileiros que almejavam residir em um país de primeiro mundo.

No entanto, nos últimos anos, o Brasil vem se transformando em um dos países que recebem diversos migrantes, especialmente de países que estão enfrentando crises sociais, políticas e econômicas, principalmente os da América Latina. As medidas econômicas e sociais que foram adotadas após 2003, no governo de Luís Inácio Lula da Silva transformaram o Brasil em uma grande potência emergente, pois, “levaram o país a assumir destaque no cenário internacional, com ênfase na questão do desenvolvimento econômico, tornando-se uma das principais potências emergentes” (Figueiredo; Zenellato, 2017, p. 87).

É nesse cenário, de um país emergente, com possibilidades de emprego, moradia, acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e uma oportunidade de recomeço, que o Brasil vem recebendo migrantes de países como o Haiti, a Colômbia e a Venezuela. De acordo com o Ministério da Justiça e Segurança Pública, no ano de 2018, do total de migrantes que entraram no Brasil, 39% eram venezuelanos, 14,7% haitianos e 7,7% colombianos (UNICEF, 2018).

### 1.1 MIGRAÇÃO DOS VENEZUELANOS

O Brasil vem recebendo, nos últimos anos, um número elevado de migrantes, especialmente de venezuelanos que buscam ser atendidos com os serviços prestados em solo brasileiro. Nessa perspectiva, Simões (2017, p. 09) afirma que houve um aumento na “[...imigração venezuelana no Brasil cresceu exponencialmente nos últimos anos e sua presença vem ganhando amplo destaque nos dados estatísticos e nos diferentes discursos políticos, acadêmicos e da mídia”.

A principal razão desse movimento migratório venezuelano se dá em razão da crise que a Venezuela vem enfrentando. Esta, por sua vez, é considerada a maior crise econômica da história do país, fazendo com que itens básicos, como higiene e alimentação, comecem a faltar nos comércios e, quando encontrados, estão com preços exorbitantes, impossibilitando a compra pela população em situação de pobreza. Diante disso, muitos cidadãos venezuelanos começaram a passar fome, optando assim pelo abandono do país, em busca de um recomeço em solo estrangeiro. Nesse sentido, é importante considerar que:

No Brasil, as demandas da população imigrante e refugiada ganha novos contornos na atual conjuntura, em decorrência da situação vivida pela população da Venezuela, que em decorrência da localização territorial, tem o Brasil como um dos destinos (Berwig; Carraro; Damascena, 2019, p. 3).

A crise venezuelana, fator de ampliação do número de migrantes para o Brasil, merece uma atenção do Estado a essa nova demanda. Muitos chegam ao Brasil sem o



conhecimento básico da língua portuguesa, sem recursos financeiros e até mesmo itens básicos para a sobrevivência como: documentos, alimentos, moradia e produtos de higiene pessoal. É nesse aspecto que se torna fundamental a atuação de políticas públicas na garantia do acesso aos direitos desses usuários.

## 1.2 LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL VOLTADAS AO PROCESSO DE MIGRAÇÃO

A Lei de Migração<sup>2</sup>, Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, em seu artigo 1º, compreende o “imigrante: pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil” (Brasil, 2017, s/p). A nova lei apresenta uma preocupação do Estado na garantia dos direitos dos migrantes e estabelece garantia de acesso às políticas públicas e sociais desenvolvidas pelo mesmo.

Art. 3º A política migratória brasileira rege-se pelos seguintes princípios e diretrizes:  
 I - universalidade, indivisibilidade e interdependência dos direitos humanos;  
 II - repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação;  
**V - promoção de entrada regular e de regularização documental;**  
 VI - acolhida humanitária;  
 IX - igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares;  
**X - inclusão social, laboral e produtiva do migrante por meio de políticas públicas;**  
**XI - acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, bens públicos, educação, assistência jurídica integral pública, trabalho, moradia, serviço bancário e seguridade social; (Brasil, 2017, s/p, grifo meu).**

A Lei de Migração é instrumento fundamental para organizar a política de atendimento aos usuários migrantes em todo o território nacional e ainda obriga o Estado a desenvolver as ações previstas em lei. É salutar ponderar que a lei é promulgada em um cenário com um fluxo migratório para o Brasil considerado alto, especialmente dos países como o Haiti, Senegal, Bolívia e Venezuela, que é o caso ora estudado.

Além da criação de uma padronização dos serviços prestados em âmbito nacional, a lei é bastante eficaz ao destacar as demandas de políticas públicas e sociais que devem ser atendidas. Portanto, na legislação, são notórias as ações que envolvam a atuação direta da política de assistência social na garantia do acesso aos direitos desses usuários. No artigo 77, a redação da respectiva lei é clara:

---

<sup>2</sup> Lei de Migração – Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113445.htm).

Art. 77. As políticas públicas para os emigrantes observarão os seguintes princípios e diretrizes:

I - proteção e prestação de assistência consular por meio das representações do Brasil no exterior;

II - promoção de condições de vida digna, por meio, entre outros, da facilitação do registro consular e da prestação de serviços consulares relativos às áreas de educação, saúde, trabalho, previdência social e cultura;

III - promoção de estudos e pesquisas sobre os emigrantes e as comunidades de brasileiros no exterior, a fim de subsidiar a formulação de políticas públicas;

IV - atuação diplomática, nos âmbitos bilateral, regional e multilateral, em defesa dos direitos do emigrante brasileiro, conforme o direito internacional

V - ação governamental integrada, com a participação de órgãos do governo com atuação nas áreas temáticas mencionadas nos incisos I, II, III e IV, visando a assistir as comunidades brasileiras no exterior;

VI - esforço permanente de desburocratização, atualização e modernização do sistema de atendimento, com o objetivo de aprimorar a assistência ao emigrante.

Em suma, o Estado brasileiro assumiu diversos compromissos para garantir direitos aos migrantes que procuram o Brasil para o recomeço de suas vidas. Nesse sentido, pode-se deduzir que a legislação, no que tange à migração no país, é uma conquista importante, especialmente para o recebimento dos migrantes oriundos de países que se encontram em crise humanitária. “A imigração, como um fenômeno social, é protagonizada por indivíduos que, pelas mais diversificadas razões, inserem-se em outros países e permitem que suas histórias sejam modificadas a partir dessa experiência” (Bervian; Roso, 2013, p. 230).

Figueiredo e Zanellato (2016) sublinham que, ao chegar no novo país, os migrantes buscam se estabelecer e criar formas para reconstruírem suas vidas. Sendo assim, as políticas públicas desempenham um papel essencial nessa trajetória. Para tanto, a cidade é elemento central na experiência de vida do migrante, já que, em âmbito local, dá-se início à integração em uma nova sociedade e a construção da autonomia do migrante como cidadão daquele espaço. Independentemente de seu *status* migratório (se migrante ou refugiado), o tema da integração local é utilizado para tratar sobre o momento logo após sua chegada, a recepção e o acolhimento em uma nova comunidade, que pode ter uma realidade social, econômica, política e cultural até então desconhecida para os novos residentes.

### 1.2.1 Integração Local

A conceitualização da integração local utilizada no trabalho parte, primeiramente, da concepção do ACNUR, que apresenta o termo como um processo que apresenta complexidades, ocorrendo de modo gradual, tendo ainda, como características a serem observadas, as dimensões legais, econômicas, sociais e culturais, ou seja, traz ao indivíduo

imposições consideráveis, bem como à própria sociedade que acolhe o migrante naquele momento. O ACNUR também considera a integração em uma comunidade no país de asilo, como uma das soluções duradouras para que refugiados possam reconstruir suas vidas.

Castles et al. (2002) enfatizam que não há um entendimento universal sobre o termo, e que os significados podem variar conforme o país e no decorrer do tempo, dependendo de um julgamento baseado em interesses, valores e perspectivas. O estudo sobre a vivência de refugiados em uma nova sociedade começou a partir de 1950. Nessa linha, Castles et al. (2002) desenvolvem um glossário de termos alternativos que já foram utilizados e que não satisfazem todos os lados e formatos relacionados à integração de migrantes e refugiados em uma nova sociedade. Os autores citam os termos: “adaptação”, “assimilação”, “aculturação”, “estabelecimento”, “inserção”, “incorporação”, “exclusão” e “inclusão”.

Crisp (2004) também conta que, embora o termo assimilação seja encontrado na Convenção das Nações Unidas sobre Refugiados de 1951, a comunidade internacional não compactua com a ideia de que refugiados devem deixar de lado sua cultura e adquirir os hábitos do novo país. Crisp (2004) considera que a integração local não é um processo de assimilação por parte dos refugiados na sociedade que encontram asilo. Por essa razão, o autor defende a utilização do termo “integração local”, de modo a respeitar suas identidades para que possam viver harmoniosamente inseridos em uma nova sociedade.

Kuhlman (1991), ao abordar a construção histórica sobre o termo, desenvolve uma definição ampliada sobre o assunto:

A integração pode então ser entendida como um processo de adaptação em que os migrantes mantêm a sua própria identidade, mas tornam-se parte da sociedade de acolhimento, na medida em que a população de acolhimento e os refugiados podem viver juntos de uma forma aceitável (Kuhlman, 1991, p. 7).

Castles et al. (2002) problematizam a utilização do termo integração e identificam dois formatos distintos desenvolvidos. Inicialmente, seria um processo unilateral dos migrantes e refugiados se adaptarem ao modo de vida social e cultural da sociedade de acolhimento. Depois, como um conceito expandido, o processo é considerado como bidirecional, com a mudança de valores, regras e comportamentos dos migrantes e refugiados e também da sociedade.

Essa segunda conceitualização “[...inclui o reconhecimento do papel da comunidade étnica e a ideia de que padrões sociais mais amplos e valores culturais podem mudar em resposta à imigração]” (Castles et al., 2002, p.116, tradução nossa).

Castles et al. (2002) afirmam ainda, que pensar sobre integração significa explorar sobre questões como identidade, pertencimento, reconhecimento e auto-respeito. Os autores

defendem a utilização do conceito de integração em uma utilização genérica, sabendo que o processo é permeado por diversas esferas, com velocidades, trajetórias e resultados variáveis.

A própria amplitude do processo de integração torna difícil defini-la de forma precisa. Integração de recém-chegados a uma sociedade acontece em todos os níveis e em todos os setores da sociedade. Isto envolve uma ampla gama de atores sociais: funcionários públicos, tomadores de decisão, empregadores, funcionários sindicais, colegas de trabalhadores, prestadores de serviços, vizinhos e assim por diante. Os imigrantes e os próprios refugiados desempenham um papel crucial no processo de integração (Castles et al., 2002, p. 116).

Moreira (2014) acrescenta que “[...]a integração local faz referência ao processo que se desenvolve quando o refugiado passa a interagir em novo contexto, no país de destino, em meio à comunidade receptora” (Moreira, 2014, p. 88).

Lussi (2015), ao tratar sobre políticas públicas relacionadas à migração e refúgio, faz uma importante contribuição quanto a esses aspectos:

Homens e mulheres migrantes apontam para um bem-estar que não se refere à igualdade, mas à mesma dignidade e garantia de direitos, na alteridade de situações e de condições que as políticas públicas não conseguem incluir se não considerarem as desigualdades de fato (Lussi, 2015, p. 143).

Portanto, o conceito de integração utilizado neste trabalho não tem relação e não se caracteriza como um processo unilateral por parte do migrante e refugiado, em que supostamente deveriam apenas aceitar a nova realidade e encaixar-se nessa estrutura social e cultural encontrada. Por isso, ressalta-se que migrantes e refugiados devem ser considerados como sujeitos integrantes, tendo a oportunidade de contribuir, interagir e compartilhar suas experiências na nova sociedade, enquanto são acolhidos com respeito às suas diferenças sociais e culturais.

Castles et al. (2002) consideram que a integração não pode ser considerada “[...]um processo singular, universal, seqüencial em etapas e ritmado regularmente, ao qual todos os imigrantes ou refugiados estão expostos” (Castles et al., 2002, p. 130, tradução nossa). Ao contrário, ao discorrer sobre a temática, destacam o seguinte:

A integração é um processo de mão dupla: requer adaptação por parte do recém chegado, mas também da sociedade anfitriã. Integração de sucesso só ocorre se a sociedade anfitriã oferece acesso a empregos e serviços, e aceita o imigrante na interação social. Acima de tudo, a integração em uma democracia pressupõe a aquisição de direitos legais e políticos pelos novos membros da sociedade, para que possam se tornar parceiros iguais (Castles et al., 2002, p. 117).

Ao encontro do que conceitua Castles et al. (2002), há a abordagem adotada por outros autores, que descrevem dimensões, domínios de atuação e áreas de interesse centrais para o acolhimento de migrantes e refugiados em uma nova sociedade de acolhida. Crisp (2004) identifica três dimensões para a integração local de refugiados, sendo elas:

a) O processo legal (com o reconhecimento de seus direitos pelo Estado anfitrião, que podem levar a posterior aquisição de residência permanente e da nacionalidade);

b) O processo econômico (com o estabelecimento de meios de subsistência, tornando-se menos dependentes da ajuda estatal ou assistência humanitária);

c) O processo social (para que possam viver entre e com a população anfitriã, sem discriminação ou exploração pelas autoridades ou pessoas dessa sociedade).

Crisp (2004) enfatiza ainda a natureza multidimensional da integração local e a caracteriza como um processo de construção, real e prático. O autor exemplifica que a possibilidade de um grau máximo no processo legal da integração local pode acontecer quando o refugiado adquire a nacionalidade do país de asilo se assim deseja. Mas também há outras formas de encontrar um alto grau de integração local. O autor realça ainda uma outra possibilidade, de que o refugiado possa exercer seus direitos no país anfitrião, ser auto-suficiente economicamente e sem necessariamente adquirir a outra nacionalidade, e essas condições também caracterizam um processo com alto grau de integração.

Penninx (2005) compreende que a integração local começa desde a chegada no novo país, pois desde esse momento o refugiado já precisa buscar por um lugar nessa sociedade. O autor exemplifica o processo em um sentido físico (moradia, emprego, renda, acesso a instalações de saúde e educação) e um outro sentido sociocultural. Por isso, o autor desenvolve a ligação entre integração local e o conceito de cidadania, discutindo três dimensões: cidadania jurídica e política; cidadania socioeconômica; e cidadania cultural e religiosa. Penninx (2005) defende ainda a utilização dessas dimensões para avaliar as políticas de integração desenvolvidas tanto por governos nacionais como locais.

A primeira dimensão discutida por Penninx (2005) é sobre se, e, em que estágio, os migrantes são membros da sociedade com pleno direito político, se têm direito à residência assegurada, e também sobre até que ponto os migrantes têm direitos e deveres políticos formais reconhecidos, e se esses são diferentes dos nacionais do país anfitrião. A segunda dimensão é em relação aos direitos na esfera socioeconômica, independentemente se adquirem a nacionalidade, o direito e acesso dos migrantes ao mercado de trabalho, assistência social, seguridade social, dentre outros. A terceira dimensão trata sobre direitos culturais e religiosos, isto é, avalia se na comunidade de acolhida são respeitados em suas diferenças, e se podem reunir-se como grupos culturais, étnicos ou religiosos.

O mesmo autor também identifica que a cidadania socioeconômica é prioritária, pois envolve o acesso ao mercado de trabalho, à educação, à habitação e à saúde, devendo ser primeiramente atendida na integração local, no curto prazo. Já as outras dimensões (política,

cultural e religiosa), são consideradas por ele como indispensáveis para a integração em longo prazo. Castles et al. (2002) igualmente dividem aspectos de curto e longo prazo e consideram que a integração começa desde o primeiro dia de chegada. Sendo assim, o momento inicial pode influenciar outros aspectos relevantes posteriormente.

Penninx (2005) salienta que as políticas de integração são desenvolvidas em todos os níveis, isto é, no nível local (governo local e cidades), no nacional (país) e no internacional (países). O autor realça a importância da integração em nível local, “[...já que esse é o nível em que tais políticas têm de ser implementadas e são sentidas principalmente, tanto pelos próprios imigrantes quanto pelas partes da sociedade que são as mais afetadas pela imigração” (Penninx, 2005, p. 137).

Posteriormente, Ager e Strang (2008) também desenvolvem dimensões para avaliar a geração e manutenção da integração de refugiados e migrantes em comunidades locais. Os autores abordam uma análise específica, a partir de quatro temas globais, divididos em domínios relevantes, cuja avaliação deve ser adaptada ao cenário local, encontrado na sociedade anfitriã.

Os principais domínios da integração são propostos relacionados a quatro temas globais: conquista e acesso nos setores de emprego, habitação, educação e saúde; exercício e prática em relação à cidadania e direitos; processos de conexão social dentro grupos dentro da comunidade; e barreiras estruturais relacionadas a essa conexão social quanto à língua, à cultura e ao ambiente local (Ager; Strang, 2008, p. 166, tradução nossa).

Moreira (2014), ao analisar a extensa conceitualização e o processo de integração local, sintetiza esferas no processo de integração local, sendo elas, “[...a social, a cultural, a étnica, a religiosa, a econômica, a política, a psicológica, a espacial” (Moreira, 2014, p. 89). A autora complementa:

A integração deve ser entendida como um termo abrangente, abarcando um conjunto de processos em múltiplas esferas, cada qual possuindo seu próprio modo de operação e significado, desenrolando-se em temporalidades e trajetórias que lhes são peculiares e produzindo resultados variáveis.

Na sequência, Moreira (2014) também traz o detalhamento sobre as esferas a serem trabalhadas, destacando-se:

A integração local, como já indicado, constitui um processo complexo que abrange múltiplos fatores, entre os quais socioeconômicos, culturais e políticos. É preciso propiciar ao refugiado oportunidades de emprego, moradia, aprendizado da língua, utilização de serviços públicos, especialmente de saúde e educação. Outro ponto fundamental se refere à construção de relações sociais com os membros da comunidade local (Moreira, 2014, p. 93).

Tendo como base a conceitualização dos autores sobre o processo de integração e seus diversos aspectos, domínios, áreas ou esferas a serem trabalhadas, há uma próxima etapa de

identificação dos atores envolvidos. Penninx (2005) indica dois principais atores e o cenário de trocas:

Os imigrantes com características próprias e níveis diferenciados de esforço e adaptação, e a sociedade receptora com suas características e variadas reações a esses recém-chegados. É a interação entre os dois que determina a direção e os resultados intermediários e finais do processo de integração (Penninx, 2005, p. 142, tradução nossa).

Moreira (2014) também ressalta que a integração acontece em um processo contínuo, a partir dos atores que a realizam e das áreas que são trabalhadas. Desse modo, pergunta-se: “Quem define o que significa integração? Ou seja, quais atores prevalecem em estabelecer seu conteúdo e semeá-lo discursivamente, bem como quais esferas são privilegiadas a partir dessa interpretação.” (Moreira, 2014, p. 90).

Assim, a autora aponta a necessidade de pensar a integração tendo em vista os agentes e as políticas desenvolvidas, mas também realça que é necessário expandir a participação nas decisões para os sujeitos, ou seja, os migrantes e refugiados devem ser participantes ativos, já que podem contribuir na discussão da temática em torno do decurso migratório, apontando seus interesses durante o processo de integração.

Já Penninx (2005) identifica a sociedade e os próprios migrantes como atores desiguais nesse processo, já que contam com recursos e força política diferentes:

A sociedade receptora, sua estrutura institucional e sua reação aos recém-chegados são, portanto, muito mais decisivas para o resultado do processo. As políticas de integração fazem parte dos arranjos institucionais de uma sociedade, particularmente porque deveríamos defini-las amplamente para incluir políticas gerais e seus efeitos sobre os imigrantes, e políticas especificamente voltadas para a integração de imigrantes (Penninx, 2005, p. 142, tradução nossa).

Penninx (2005) ainda discute sobre a influência de processos políticos sobre a integração local de migrantes e refugiados:

As formas que tais políticas podem tomar na prática dependem muito sobre os arranjos institucionais existentes em sociedades receptoras e sobre a vontade política de mudá-las, para gradualmente torná-las mais inclusivas. [...] Políticas de integração (locais) devem seguir estratégias e táticas que envolvem os parceiros no processo de integração em diferentes níveis. [...] Devem definir o processo de integração como 'aberto', deixando espaço para uma sociedade mais diversificada, mas coesa em resultado. A diversidade alcançada deste modo não é nem predeterminada e estática, mas negociada, compartilhada e mutável (Penninx, 2005, p. 144, tradução nossa).

O autor apresenta lições sobre o estudo de políticas de integração. Sociedades devem considerar a participação de migrantes de forma ativa. Em outras palavras, explica que novas formas de diversidade são possíveis a partir disso. Penninx (2005) diz que há muito trabalho a ser feito para que cidades e Estados possam aproveitar o potencial das migrações. Ele

acrescenta que a viabilidade de políticas de integração em longo prazo depende de fatores pontuais, tais como:

- a) a configuração institucional presente para a construção de políticas;
- b) o estabelecimento e alcance de metas realistas;
- c) o reconhecimento e participação dos próprios migrantes nesse processo.

Lussi (2015), ao tratar o tema das migrações e políticas públicas brasileiras, defende que “[...respostas de políticas públicas aos desafios das migrações e do refúgio devem ser: interdisciplinares, integradas, contextualizadas, capazes de reconhecer e assumir a complexidade que o tema requer, sem simplismos” (Lussi, 2015, p. 142). Ademais, acrescenta ainda, que, especificamente, “[...as políticas devem garantir acesso aos direitos assegurados a todos e também políticas que respondam às diferenças para que não se tornem desigualdades discriminatórias” (Lussi, 2015, p. 142).

Tendo em vista enfatizar a definição que será utilizada neste trabalho sobre atores políticos, faz-se destaque ao trabalho proposto por Secchi (2013), o qual faz uma síntese sobre quem são esses atores e sua atuação em políticas públicas. Assim, tais indivíduos podem ser sujeitos específicos ou grupos que desempenham um papel na arena política, sendo relevantes no processo de uma política determinada, isto é, quando conseguem influenciar o conteúdo e os resultados. Entre as atividades desenvolvidas, Secchi (2013) cita que os atores são responsáveis por identificar problemas, sensibilizar a opinião pública, definir a agenda, elaborar propostas, tomar decisões e, ainda, transformar propostas em ações.

Além disso, os atores, segundo Secchi (2013), são dinâmicos, interpretando papéis conforme seus interesses e causas, alocando recursos, fazendo coalizões e podendo resolver conflitos no cenário político. Secchi (2013) também retoma as possíveis classificações dos possíveis tipos de atores existentes, como: individuais ou coletivos; atores governamentais ou não governamentais; políticos, burocratas ou sociedade civil.

Por fim, discutiu-se ao longo do capítulo a questão legal e a definição de integração local, a construção de seu processo quando migrantes e refugiados chegam em uma nova sociedade anfitriã e também sobre a atuação de atores políticos para a constituição e acesso a políticas públicas. A partir da conceitualização desenvolvida neste capítulo, o debate será focado na atuação de um dos atores, o poder público municipal, no processo de integração local de migrantes venezuelanos, durante a experiência vivenciada no acolhimento da interiorização, em Cachoeirinha.



## 2 METODOLOGIA

A pesquisa social, conforme Gil (2002, 2007), trata da construção de novos conhecimentos sobre a realidade social a partir da utilização de uma metodologia científica, podendo ser aplicada em diversas áreas do conhecimento. Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Gestão Pública foi produzido a partir de uma pesquisa aplicada (Gil, 2007). Nesta, pretende-se manter o desenvolvimento de conhecimentos científicos sobre um tema; também se intenta aplicá-los para entender e atuar sobre uma realidade específica. Nesse contexto, a metodologia para a realização deste trabalho foi desenvolvida a partir de uma pesquisa qualitativa, de levantamento bibliográfico, com o uso das seguintes técnicas: análise de documentos públicos e relatos de experiência da pesquisadora em sua atuação profissional no processo de interiorização.

À luz do que Gil (2007) descreve sobre a pesquisa exploratória, este estudo apresenta, de início, uma visão macro sobre o que é a estratégia da interiorização, através de uma sistematização pensada a partir de levantamento bibliográfico e análise documental. Posteriormente, um recorte sobre sua aplicação a ser discutida e analisada a partir do relato de experiência (Daltro; Faria, 2019). A pesquisa bibliográfica e revisão de literatura foram realizadas com base nos campos teóricos fundamentais para este trabalho: políticas públicas, migração e refúgio. Buscou-se revisar a bibliografia, a fim de conhecer o que foi e o que está sendo desenvolvido por pesquisadores e autores sobre fluxos migratórios e integração local de migrantes e refugiados. Também foi possível verificar as abordagens, pontos de vista e a variedade de assuntos já desenvolvidos, pertinentes à temática das migrações venezuelanas.

Com base na experiência da autora deste estudo, no processo de interiorização dos migrantes venezuelanos, em âmbito municipal, desde a primeira reunião, na qual o Prefeito da época – Miki Breier –, trouxe a demanda, solicitada pelo governo federal e a solicitação de acolhimento na modalidade de abrigo, houve a chegada de venezuelanos que estavam em Roraima, aptos para o processo de interiorização, até a vivência de 6 meses, em trabalho diário, com os migrantes no acolhimento, criado exclusivamente para este receptivo.

O processo de análise documental foi realizado por 5 meses, compreendendo materiais publicados de janeiro de 2018 a maio de 2019. Esse marco temporal de um ano e cinco meses foi delimitado a partir da constatação dos materiais pesquisados de que, nesse período, deu-se

a federalização da situação emergencial em Roraima; a criação da Operação Acolhida<sup>3</sup> e da interiorização; e um ano completo de execução dessas estratégias pelo governo federal.

Sobre a etapa de pesquisa bibliográfica, foram utilizadas as ferramentas de pesquisa *online* da plataforma Scielo e Google Acadêmico. Analisou-se, portanto, artigos e livros que abordassem especificamente as migrações venezuelanas, além da atuação do governo brasileiro no que diz respeito ao fluxo migratório venezuelano. Outra etapa fundamental para este trabalho, foi o levantamento de relatórios produzidos por órgãos do governo federal e organizações internacionais sobre o fluxo migratório venezuelano. Dados sobre o trabalho institucional, sobre o gerenciamento das chegadas em Roraima e apresentações das ações governamentais sobre o assunto foram utilizados na análise documental. Essa busca por documentos e dados oficiais permitiu analisar o planejamento da ação da interiorização, os pontos previstos desde a sua criação e o andamento de sua realização.

Foi utilizado o conteúdo disponibilizado publicamente e *online* pela Casa Civil e pelo então Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). Foram encontrados e consultados documentos, como atas de reunião, relatórios, apresentações de *PowerPoint*, dentre outros. Esses materiais foram elaborados por agentes e representantes das instituições ou instâncias: Comitê Federal de Assistência Emergencial, Casa Civil, MDS e o próprio município de Cachoeirinha. Abaixo descrevem-se os objetivos (geral e específicos) que nortearam este estudo.

---

<sup>3</sup> Operação Acolhida – Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/acolhida/sobre-a-operacao-acolhida-2>.

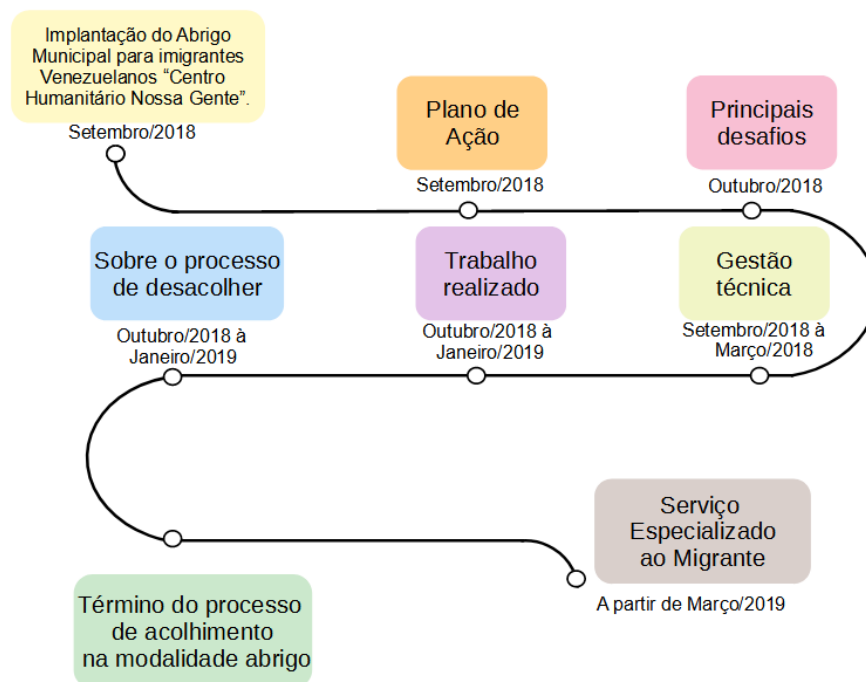
### 3 ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo apresenta-se uma linha do tempo, o qual busca ilustrar o processo de integração dos venezuelanos na cidade de Cachoeirinha.

#### 3.1 LINHA DO TEMPO

A linha do tempo, disposta na ilustração 1, abaixo, busca apresentar as etapas ocorridas ao longo do tempo, no Abrigo de Acolhimento, em Cachoeirinha.

**Fluxograma 1 – Linha do Tempo.**



**Fonte: a autora.**

A partir da construção da linha do tempo, conforme ilustração 1, foi possível organizar todos os processos ocorridos ao longo do tempo, junto aos migrantes venezuelanos. Assim, passa-se à descrição de cada etapa temporal no Abrigo de Acolhimento.

#### 3.2 IMPLANTAÇÃO DO ABRIGO MUNICIPAL PARA MIGRANTES VENEZUELANOS

Em setembro de 2018, travou-se a missão de se implantar um acolhimento institucional na modalidade de abrigo para migrantes venezuelanos em situação de refúgio no Brasil, possibilitando a consolidação de conceitos, princípios e valores de direitos humanos que contribuam para a construção da autonomia e o fortalecimento de um acolhimento humanizado.

Desse modo, ofertou-se acolhimento temporário a 80 venezuelanos do sexo masculino, com provisões materiais, com equipe para a escuta qualificada, encaminhamentos e orientações aos mesmos em situação de vulnerabilidade, no município de Cachoeirinha/RS. Esta ação foi muito questionada, tanto por servidores municipais, quanto pela própria população, que se manifestava nas redes sociais oficiais do município, como sendo uma irresponsabilidade da gestão municipal, que já tinha tantas dificuldades em conseguir manter as políticas públicas à população em geral.

Salienta-se, no entanto, que no cotidiano profissional do município, trabalha-se por demanda, e, na condição de servidores públicos, naquele momento, não houve outra escolha, senão, a urgência que se desenhava – migrantes refugiados com todas as demandas humanas e sociais incluídas naquela condição. Dito de outro modo, montar um acolhimento institucional em tempo recorde para acolher estas pessoas por uma questão humanitária era a tarefa premente àquela situação.

Esta questão humanitária se deu por conta da forte crise econômica e política dos últimos anos na Venezuela, na qual milhares de venezuelanos procuraram ajuda no Brasil. Estima-se que 600 a 800 refugiados entravam no país diariamente. Muitos percorreram a pé, um caminho de 215 quilômetros que separa o município de Pacaraima<sup>4</sup>, na divisa com a Venezuela, até Boa Vista.

### **3.2.1 Centro Humanitário Nossa Gente**

Este processo foi construído com o intuito de apoiar o acolhimento temporário dos migrantes venezuelanos, garantindo condições dignas de vida, inserção social, bem como o respeito aos direitos humanos, em articulação com as demais Secretarias Municipais, Estaduais e do Poder Público Federal. O Governo Federal, no intuito de possibilitar a

---

<sup>4</sup> Rota da fome: o caminho dos venezuelanos que enfrentam perigo, falta de comida e de água para chegar a Boa Vista. Matéria do G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/rr/roraima/noticia/rota-da-fome-o-caminho-dos-venezuelanos-que-enfrentam-perigo-falta-de-comida-e-de-agua-para-chegar-a-boa-vista.ghtml>.

efetivação deste plano, solicitou a colaboração de todas as unidades federadas para a promoção de acolhida e interiorização de migrantes venezuelanos e, desta forma, a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha, sensível à situação, dispôs-se a participar desse esforço nacional.

Sendo assim, foram recebidos, no dia 25 de setembro de 2018, 40 venezuelanos, oriundos de Roraima, até o Abrigo Nossa Gente em Cachoeirinha. Os mesmos chegaram acompanhados do Prefeito Municipal e Secretário de Assistência Social na época. Dois dias após a chegada dos 40 migrantes, mais 40 pessoas (homens) da Venezuela chegaram ao Abrigo, totalizando 80 pessoas. Na chegada, era visível perceber a felicidade de estar chegando a um local preparado para recebê-los, no entanto, percebia-se também o sofrimento, a magreza e a desesperança em suas faces. Tinham consigo documentos e uma sacola cada um, ou seja, a vida inteira deixada para trás e carregada em suas próprias mãos.

Na acolhida, ofertou-se dois jantares de boas vindas, o primeiro na Igreja Boa Viagem, oferecido para o primeiro grupo que havia chegado e, posteriormente, foi ofertado o segundo jantar, em um CTG da cidade, para todos os migrantes recém chegados ao município. O primeiro momento foi uma forma de dar boas-vindas aos migrantes e sua primeira inserção com os munícipes da cidade como forma de dar início à integração na sociedade e à construção de possibilidades. A Imagem 1, abaixo, captura o momento.

**Foto 1 – Jantar de Recepção**



Fonte: a autora

Houve muito pouco tempo de planejamento, isto é, entre a notícia acerca do recebimento dos venezuelanos e chegada dos mesmos. O período total foi de 18 dias – um tempo bastante curto para a preparação e o recebimento desses sujeitos. O objetivo, portanto, era encontrar um local que assegurasse a acolhida de 80 sujeitos do sexo masculino, sendo que o município fez o aceite de acolher, dentre estes, o público LGBTQIA+, que, segundo o

ACNUR seriam um total de 4 pessoas, porém, após a acolhida, confirmou-se que vieram em torno de 10 sujeitos.

Para este público seria necessário prover alojamento em separado, no sentido de manter a segurança dos mesmos, conforme preconizava a orientação nacional. Essa separação foi essencial, pois percebeu-se que os demais venezuelanos apresentavam muito preconceito com o público LGBTQIA+.

O Governo Federal, por meio do MDS, realizou repasse financeiro de 192 mil reais – (equivalente a R\$400 por pessoa, por mês, sendo 80 venezuelanos acolhidos pelo período de seis meses). Este valor foi utilizado no custeio de gastos para o funcionamento do abrigo, como recursos humanos e materiais, adaptações do ambiente físico, material de higiene e limpeza, dentre outros.

O período compreendido entre o fechamento do acordo com o governo federal e a chegada dos venezuelanos, deu-se de forma muito rápida devido à crise em Roraima. Sublinha-se que o repasse das verbas chegou quase um mês depois dos grupos. Acrescenta-se também, que, depois do primeiro contato, do pré-embarque, dos ajustes e da inauguração do abrigo, o MDS entregou o processo inteiramente ao município.

A exceção de atuação indireta do governo federal foi quanto à alimentação, já que a Marinha do Brasil ficou responsável pelo fornecimento de alimentos durante todo o tempo de funcionamento do abrigo, o que de fato ocorreu com proficiência.

Um outro aspecto relevante em relação à organização de todo o processo de recebimento, foi o fato de que não havia espaço de abrigo público preparado para as especificidades da interiorização.

Por isso, o ACNUR se responsabilizou pelo pagamento do aluguel de um prédio, que foi utilizado como local de abrigo por seis meses – de setembro de 2018 até o fim de março de 2019. O dono do prédio fez as obras necessárias, como o aumento do número de banheiros, a organização de quartos coletivos, e a adaptação de um espaço nos fundos do prédio para ser a cozinha e o salão comunitário.

### 3.3 PLANO DE AÇÃO

Construiu-se um Plano de Ação que contemplou as questões mais importantes para a inserção deste público. Este Plano de Ação contou com as seguintes etapas, apresentadas no quadro 1, abaixo.

Tais ações serviram para direcionar a atuação do grupo migrante e obter resultados efetivos na vida destas pessoas, já que o acolhimento tinha o tempo de 6 meses para fechar, sendo necessário planejar juntamente ao grupo dos migrantes venezuelanos interiorizados um plano de ação individual à inserção no mercado de trabalho. Previa-se ainda, o posterior desligamento do Abrigo de Acolhimento, em Cachoeirinha.

**Quadro 1 – Etapas do Plano de Ação**

<b>ETAPA I</b>	<b>ETAPA II</b>	<b>ETAPA III</b>	<b>ETAPA IV</b>
<b>Inclusão e Adaptação</b>	<b>Promoção do Acesso às Seguranças Sociais</b>	<b>Articulação Intersetorial com outras Políticas e Segmentos</b>	<b>Banco de Currículos</b>
Nessa etapa foi realizado o processo de escuta qualificada, levantamento do perfil e identificação do público. Destaca-se que também será elaborado um Plano de Atendimento Individual em articulação com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), conforme o território, inclusive com inserção nos serviços ofertados.	A Política de Assistência Social preceitua que é necessário ter por direção o desenvolvimento humano, social e os direitos de cidadania. Para tanto, a própria Lei de Migração destaca o acesso igualitário e livre do migrante a serviços, programas e benefícios sociais, que consistem na proteção proativa, por meio da inserção das famílias, potenciais beneficiárias no Cadastro Único, e ainda, organização de oficinas, orientações e promoção de acesso à rede de qualificação e requalificação.	Ao longo do desenvolvimento foram realizadas articulações com as políticas de saúde, educação, trabalho para atendimento às demandas identificadas na etapa de inclusão e adaptação dos usuários.	Essa estratégia foi pensada e estruturada pelo Ministério do Desenvolvimento Social, de modo a facilitar a inserção dos migrantes no mercado de trabalho e no Sistema Nacional de Emprego (SINE), além do acesso de empresas e

Fonte: a autora.

### 3.4 PRINCIPAIS DESAFIOS

A interiorização em Cachoeirinha foi incluída no programa de assistência financeira do ACNUR para refugiados, solicitantes de refúgio e pessoas de interesse, indicando que o pagamento do auxílio, independentemente do *status* de regularização migratória (se solicitantes de refúgio ou da residência temporária pela Portaria Interministerial nº 09<sup>5</sup>).

O processo de acolher, vai muito além de um espaço físico para se abrigar e dormir. Em outras palavras, durante o decurso do acolhimento no Abrigo, surgiram casos específicos e questões (quase sempre) urgentes, que requisaram uma escuta atenta e sensível pela equipe. Ao longo do dia, migrantes venezuelanos procuravam a equipe para contar histórias de vida,

---

5 Portaria Interministerial Nº 09, de 14 de março de 2018 – Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA%20INTERMINISTERIAL%20N%C2%BA%209,%20DE%2014%20DE%20MAR%C3%87O%20DE%202018.pdf>

sobre a separação de suas famílias, de situações de vulnerabilidade vividas ainda na Venezuela, em Roraima e até na nova cidade de acolhida – Cachoeirinha.

A estrutura física do prédio foi insuficiente e totalmente inadequada para receber 80 pessoas, durante 24h por dia. Dentre as situações mais comuns, havia a falta de estrutura, de armazenamento de toneladas de alimentos que chegavam a cada 15 dias trazidos pela Marinha do Brasil. Os equipamentos da cozinha eram insuficientes para a produção de alimentos para 80 pessoas (fogão, geladeira, freezer, pia, balcões).

Além disso, não foram previstos utensílios, tais como copos, pratos, talheres, panelas, enfim, objetos essenciais para fazer com que o acolhimento fosse funcional para os migrantes.

Quanto ao ACNUR, que é um organismo internacional, o qual acompanha e, em princípio, deveria dar assessoramento aos municípios receptores de processo de interiorização, pode-se afirmar que houve falta de suporte técnico no atendimento aos residentes, bem como à equipe.

Obviamente, restava claro ser um desafio a todos os servidores envolvidos com a situação, porém, nos dezoito dias que antecederam o receptivo dos migrantes, foram realizadas reuniões com a equipe do ACNUR e MDS. Nesses encontros, estabeleceu-se algumas combinações que, posteriormente, não foram atendidas, situações essas que dificultaram o processo de acolhimento e causaram prejuízo aos migrantes e à equipe que estava à frente da gestão municipal.

No início do acolhimento, alguns venezuelanos decidiram sair do Abrigo de Acolhimento, em período de pouco tempo. Os mesmos, mostravam-se focados em realizar a mudança do abrigo para poder trazer a família que ficou para trás, já que não era possível acolher as famílias nesse espaço. Ao mesmo tempo, ocorreram algumas situações desafiantes, como, por exemplo, alguns venezuelanos queixavam-se que, em Boa Vista/Roraima, foram informados de que viriam ao Abrigo de Interiorização com moradia por seis meses no local e com vagas de emprego garantidas.

Nessas situações, os funcionários públicos envolvidos eram tensionados com cobranças de que a Prefeitura seria a responsável por conseguir empregos, inclusive com questionamentos quanto ao tempo que poderiam permanecer no abrigo. Os venezuelanos afirmavam saber que o aluguel do prédio estava fora pelo ACNUR e que o governo havia feito o repasse de recursos para seis meses de abrigo.

Diante desses desafios, foi necessário travar contato com o MDS e o ACNUR, de modo que houve uma orientação desses órgãos acerca do que fora passado aos venezuelanos, ou seja, os mesmos haviam assinado um termo de voluntariedade de que não havia garantias



de emprego no local de destinação. Do outro lado, os venezuelanos afirmavam que não foram bem informados ou que não tiveram a oportunidade de ler com atenção o termo de voluntariedade assinado.

Quanto ao funcionamento do Abrigo, outro desafio se deu em relação à organização nos espaços coletivos. A limpeza e a alimentação foram organizadas em uma escala rotativa por quartos, nas quais as pessoas ocupantes daqueles espaços deveriam executar essas tarefas diárias, com certa regularidade. Observou-se, entretanto, que essas atividades eram executadas diariamente pelas mesmas pessoas, havendo, com isso, dificuldades quanto ao cumprimento e aceitação dessas regras pelo grupo.

### 3.5 GESTÃO TÉCNICA

O fenômeno migratório é muito complexo, exigindo respostas transversais no âmbito das políticas públicas, a envolver diversas pastas, como uma única possibilidade de um resultado efetivo. Dessa forma, entende-se que a interiorização dos venezuelanos no município de Cachoeirinha ultrapassou as responsabilidades da Assistência Social, uma vez que envolveu questões de direitos humanos, além de questões jurídicas, trabalhistas, de segurança pública, educação, saúde e seguridade social.

No âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), o Centro Humanitário Nossa Gente foi entreposto na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, com a oferta de serviços, programas e projetos de caráter especializado, destinado a famílias e indivíduos.

Desse modo, travou-se a necessidade de englobar os princípios da universalidade, gratuidade, integralidade da proteção social e equidade. Para tanto, foi necessário gerir e organizar fluxos, integrar serviços, benefícios, promoção e articulação intersetorial, além da capacitação para trabalhadores. Realizou-se ainda, encaminhamentos ao mundo do trabalho, aos serviços de saúde (exames, laudos médicos), à Previdência Social (BPC) e aos acolhimentos individuais.

### 3.6 TRABALHO REALIZADO

O primeiro grupo de 40 homens chegou à cidade no dia 25 de setembro de 2018, sendo recepcionado com um jantar de boas-vindas oferecido pela Igreja Boa Viagem. Já o segundo grupo, chegou no dia 27 de setembro de 2018, sendo recepcionado com um jantar

especial no Centro de Tradições Gaúchas Sinuelo da Amizade. Após as chegadas dos grupos, a primeira ação realizada pela equipe foi montar um mutirão de entrevistas de acolhimento para conhecer os venezuelanos individualmente, a fim de ter conhecimento sobre os encaminhamentos necessários caso a caso.

Esse trabalho foi realizado em parceria com o curso de Psicologia da Faculdade Inedi – Cesuca, de Cachoeirinha. Foram aplicados 80 questionários confidenciais com a intenção de traçar o perfil pessoal, obter dados de identificação, entender a situação da família e sobre quando e em que condições a pessoa foi da Venezuela até Roraima, além de verificar questões de saúde, escolaridade, experiência profissional e documentação.

No início da interiorização, mobilizou-se as equipes da rede pública do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), a Unidade Básica de Saúde (UBS) e Estratégia da Saúde da Família (ESF), da região do Abrigo, para a realização de atendimentos de saúde e assistência social para os venezuelanos.

A equipe do CRAS fez o registro dos venezuelanos no Cadastro Único, proporcionando o acesso a políticas públicas (como o Bolsa Família, por exemplo), e um outro caso foi encaminhado à Previdência Social para um pedido de Benefício da Prestação Continuada (BPC). A Foto 2, abaixo, registra esse momento.

**Foto 2 - Ação do cadastramento do CADÚnico 100% no sistema**



Fonte: a autora

Já a equipe da ESF realizou um mutirão, em um sábado, para fazer o cadastro e emissão do Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde (SUS) para todos. Os venezuelanos também contaram nesse dia com os primeiros atendimentos de saúde, encaminhamentos de

exames e vacinas. A UBS Carlos Wilkens<sup>6</sup> virou referência para os encaminhamentos de saúde, oferecendo inclusive horário especial de atendimento para os venezuelanos.

**Foto 3 - Ação em saúde na UBS Carlos Wilkens**



Fonte: a autora.

O principal desafio, de modo geral, era a inserção no mercado de trabalho, sendo esta a principal demanda identificada no grupo recepcionado.

Um emprego possibilitaria iniciar uma fase de autonomia, e trazer ou ajudar financeiramente a família, que ficou em Roraima ou na Venezuela. Para isso, realizou-se uma articulação da gestão do Abrigo com a unidade do Sistema Nacional de Emprego (SINE) de Cachoeirinha, anexo ao prédio principal da Prefeitura.

Através de visitas ao SINE, os funcionários do órgão auxiliaram na confecção de currículos e no posterior encaminhamento para vagas de trabalho.

Neste sentido, esta força-tarefa, conforme foto 3, abaixo, resultou que todos os venezuelanos recebidos pela interiorização tivessem, pelo menos, um encaminhamento de trabalho na parceria entre o abrigo e o SINE.

**Foto 4 – Confecção de Currículos – SINE**

---

6 UBS Carlos Wilkens – Disponível em: <https://ubs.med.br/esf-carlos-wilkens-3338584/>.



Fonte: a autora

Quatro dos migrantes conseguiram inserção no mercado de trabalho já na primeira semana, em uma empresa de construção civil e em uma oficina mecânica (Foto 4). Outros casos conseguiram trabalhos temporários na janta de recepção do acolhimento, e já saíram para trabalhar no segundo dia na cidade. A cobertura da mídia sobre a vinda dos venezuelanos facilitou a oferta de oportunidades de trabalho. Empresas buscavam o SINE e o próprio Abrigo, com a intenção de contratar os venezuelanos para empregos fixos e temporários. Com o tempo, porém, a interiorização saiu da pauta principal da mídia local e, conseqüentemente, o número de ofertas de trabalho aos venezuelanos diminuiu.

#### **Foto 5 – Trabalhadores Venezuelanos na Construção Civil**



Fonte: a Autora.

Identificou-se, portanto, que a maioria dos venezuelanos conseguiu a inserção no mercado de trabalho em posições inferiores, se comparado ao que estariam aptos a exercer quanto à sua escolaridade e experiência profissional. Os venezuelanos não conseguiram trazer

documentos que comprovassem sua escolaridade, ou, por ainda não terem feito a revalidação do diploma de Ensino Superior – algo ainda sendo discutido pelo Ministério da Educação.

Alguns venezuelanos do grupo relataram que, na Venezuela, eram donos de restaurantes, empresários, trabalhadores da indústria petrolífera, além de um médico, um arquiteto e um enfermeiro no grupo. Quanto às vagas de trabalho preenchidas, em geral, eram nas áreas de segurança, portaria, zeladoria, prestação de serviços em restaurantes e em outros tipos de estabelecimentos comerciais.

Outra situação que se vivenciou foi o acompanhamento em processos seletivos de empresas que procuravam o Abrigo com a intenção de contratar várias pessoas. A equipe participou desses processos, auxiliando na sensibilização das empresas, atuando nas possíveis dificuldades de comunicação e lidando com as dúvidas sobre a contratação de migrantes. Nesses casos, o acompanhamento também contou com transporte oferecido para o grupo se locomover para as entrevistas, sempre acompanhado por um profissional da equipe. Posteriormente, os migrantes foram auxiliados a reunir a documentação necessária para a contratação.

Este acompanhamento de um profissional da equipe foi um ponto positivo para a inserção dos imigrantes no mercado de trabalho. Houve diversas contratações efetivadas, notando-se que as empresas ficavam mais confiantes ao perceberem a existência de suporte aos venezuelanos e, por outro lado, os venezuelanos ficavam mais seguros e resolutos durante o processo seletivo.

Sobre o mercado informal e trabalhos temporários, não houve atuação direta, nem intermediações por parte da equipe do Abrigo, mas pelos próprios venezuelanos. Durante o tempo vivido no local, os venezuelanos também buscavam por trabalho de forma independente e, assim, houve casos de empresas ou pessoas que fizeram contato com os venezuelanos oferecendo trabalho em forma de diárias. Mediante a situação em que se encontravam, os migrantes estavam muito focados em conseguir trabalho, não importando, muitas vezes, o trabalho a ser executado. Estavam sempre dispostos a trabalhar, alegando a urgência de ajudar suas famílias a distância. Ainda que as condições das propostas não fossem adequadas (apresentando valores baixos por diária ou sem carteira assinada) aceitavam trabalhar por necessidade.

Nesse contexto, não ocorreu a gerência da equipe sobre o mercado de trabalho informal, havendo a intervenção somente quando aconteciam problemas na negociação de valores, visto que nesses casos, os venezuelanos buscavam a gestão do Abrigo para a mediação. Sendo estas situações diversas, como, por exemplo, o valor combinado não foi o

valor pago, além de casos em que os venezuelanos identificavam como exploração, ou ainda, dificuldades de comunicação, que acabavam por atrapalhar o entendimento sobre o serviço a ser executado ou o valor a ser recebido.

Outro ponto que se identificou foi a ocorrência de diversos casos no grupo que queriam trazer a família por questões de saúde. Filhos ou outros familiares doentes que estavam longe, sem acesso a tratamento adequado ou a remédios necessários. Uma observação importante é que os venezuelanos continuavam acompanhando os acontecimentos de seu país, e ficavam sempre muito preocupados com as notícias sobre escassez de alimentos, faltas de energia e água, e isso gerava uma apreensão coletiva. Assim, havia no grupo um sentido de urgência e preocupação constante por trazer seus familiares ao Brasil. No Abrigo, havia *internet* disponível e isso contribuía para que continuassem em contato com suas famílias.

Houve muitos questionamentos quanto ao funcionamento da legislação trabalhista brasileira, sendo de difícil compreensão para eles. No início, ficaram decepcionados sobre como seria realizado o pagamento pelos empregadores e, após receberem o salário, sobre os descontos. De forma geral, há um desconhecimento sobre essas questões, principalmente pelo fato de que o salário acertado com as empresas na carteira de trabalho ainda passaria por descontos, como a contribuição ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e o custo de transporte. Por essa razão, ficaram descontentes, visto que o salário acertado não seria equivalente ao recebido no final do mês.

Quanto à documentação, foi preciso lidar com as dificuldades de empresas sobre a documentação apresentada pelos migrantes. O *software* utilizado por empresas de maior parte só aceitava o Registro Nacional Migratório (RNM) como documento de identificação de migrantes. Por isso, as empresas não conseguiam completar o cadastro com o número do protocolo de solicitação de refúgio no sistema de contratação. Este problema com as empresas acabou gerando outra demanda quanto à regularização migratória do grupo.

Ao passarem por essa dificuldade no momento de sua contratação, alguns venezuelanos que tinham como documento a solicitação de refúgio em andamento, pediram para encaminhar outro pedido de autorização de residência pela Portaria Interministerial nº 09, pois assim teriam acesso ao RNM de forma mais rápida, já que a análise de refúgio costuma demorar mais tempo pelo governo brasileiro (como publicado pelo Sistema do Comitê Nacional para Refugiados – CONARE – em reportagem, atualmente pode levar anos para ser concluída).

Além do trabalho, outras ações foram desenvolvidas durante o acolhimento no abrigo. Uma professora voluntária ofereceu aulas de português uma vez por semana, durante os três primeiros meses de acolhimento no Abrigo. Depois, contavam com aulas em uma igreja católica. Outra parceria foi com a Faculdade Inedi – Cesuca, que possibilitou o acesso dos venezuelanos para a utilização da biblioteca e de computadores com *internet* (de segunda a sexta, nos três turnos, e aos sábados pela manhã).

No fim de novembro, foi realizado um evento informativo, com uma advogada, para tratar sobre as leis brasileiras e, em especial, o assunto foi a violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. Em dezembro, a equipe do abrigo organizou uma confraternização entre os funcionários e os venezuelanos acolhidos com a realização de um churrasco de final de ano para celebrar o Ano Novo, pois entendeu-se que este espaço de confraternização poderia aliviar a tensão e a tristeza de estar longe da família e de sua pátria.

### 3.7 SOBRE DESACOLHER DA MODALIDADE ABRIGO

Após os dois primeiros meses, observou-se que algumas pessoas estavam trabalhando, mas mandavam quase todo dinheiro recebido do trabalho para as famílias e, assim, não estavam se organizando para sair do Abrigo. Neste sentido, foi preciso definir uma diretriz acerca disso. Desse modo, estabeleceu-se que, após 30 dias em trabalho com carteira assinada, a pessoa deveria procurar um espaço de moradia, para tencionar a organização dos migrantes, pois, senão mandavam todo dinheiro do salário para Venezuela e/ou Roraima.

Esta decisão precisou ser tomada para reforçar o entendimento de que o Abrigo era temporário, e para frisar que havia uma data prevista para a finalização das atividades. Nesse sentido, travou-se um diálogo junto aos migrantes, o qual ocorreu por diversas vezes, enfocando o papel da instituição, bem como sobre a construção de uma autonomia. Esclareceu-se que o Abrigo não era uma alternativa oferecida para economizar recursos para enviar às famílias, e sim que deveriam pensar a saída do mesmo como o primeiro passo necessário para trazerem suas famílias.

Essa regra foi criada no fim de novembro. Em seguida, foram identificadas as pessoas que estavam trabalhando, que então receberam a notificação de que em breve deveriam sair do Abrigo. Prestou-se, entretanto, acompanhamento individualizado nesse processo de mudança, para que saíssem do local com moradia alugada e em condições básicas para a construção de suas vidas na cidade, de forma autônoma.

A partir disso, detectou-se que, dez pessoas saíram logo nos primeiros dois meses de forma espontânea. Depois de implementada a regra dos 30 dias para a saída, foi elaborada uma lista com 16 pessoas que deveriam organizar sua saída. Após essa primeira fase de adaptação e da lista, os casos foram individualizados. Cada vez que uma pessoa completava um mês na vaga de trabalho, passava para o acompanhamento e à organização de sua saída.

Ao final de dezembro, quando a interiorização completou três meses na cidade, cerca de 50 venezuelanos ainda estavam morando no Abrigo. Dentre esses, cerca de 30 já trabalhavam com carteira assinada, e os restantes ainda não estavam trabalhando ou estavam em trabalhos de diárias.

Sendo assim, foi preciso gerenciar caso a caso. As saídas foram mais frequentes durante os meses de janeiro e fevereiro, e poucas pessoas ficaram até o tempo final do Abrigo. Alguns casos foram negociados, de pessoas que ficaram mais tempo no Abrigo, pois estavam aguardando colegas conseguirem trabalho para o aluguel de casa juntos, como forma de economia. Seis venezuelanos ficaram até a semana final de funcionamento do abrigo, sendo que alguns estavam quase completando um mês de trabalho e outros estavam em trabalhos temporários. Ao fechamento do Abrigo, apenas um venezuelano não estava trabalhando, e acabou sendo acolhido por colegas.

Ainda, próximo ao fechamento do Abrigo, notou-se que estava sobrando alimentação devido às saídas e também porque a Marinha havia programado a distribuição para 80 pessoas para os seis meses de acolhimento. Como forma de auxílio aos migrantes, organizou-se a entrega de cestas básicas no final da interiorização, de modo que cada venezuelano acabou recebendo duas cestas básicas no fechamento do Abrigo (os que já haviam saído antes foram chamados para buscar a doação).

### 3.8 TÉRMINO DO PROCESSO DE ACOLHIMENTO NA MODALIDADE ABRIGO

Até o dia 30 de março de 2019, era necessário encerrar as atividades no Abrigo de Acolhimento. Assim, obteve-se o prazo para trabalhar com os sujeitos que tinham diversas demandas e necessidades. Todos tinham uma história de vida que deixaram para trás devido à crise na Venezuela, tendo, nesse contexto, muito sofrimento envolvido. No entanto, a principal demanda a ser resolvida sempre foi o trabalho, pois queriam logo se organizar, mandar dinheiro para familiares na Venezuela, alugar um local para morar e reiniciar suas vidas no Brasil. O acolhimento fechou suas portas em 29 de março de 2019, cinco dias antes



do previsto, sem que nenhum venezuelano estivesse em situação de rua ou deslocado para outro tipo de acolhimento institucional. Os mesmos haviam se organizado solo ou em grupo.

Dito isso, frisam-se algumas etapas deste processo de que ocorreram da saída dos venezuelanos do Abrigo:

**a) Sobre o trabalho:** 67 venezuelanos estavam inseridos no mercado formal de trabalho (com vínculo empregatício registrado em carteira de trabalho), e 13 venezuelanos estavam atualmente no mercado informal, envolvidos com empregos temporários ou trabalhos por diárias.

**b) Sobre a cidade:** 53 venezuelanos ainda estavam residindo em Cachoeirinha. Já na Região Metropolitana e Porto Alegre, estão 19 venezuelanos, divididos entre a capital, Gravataí e Osório. Além destes, 07 foram morar no interior do Rio Grande do Sul, e essas saídas foram para o preenchimento de vagas de trabalho. Desses, 04 venezuelanos estavam morando e trabalhando em Passo Fundo, 02 foram para Marau, trabalhar em um aviário e 01 foi para Cachoeira do Sul trabalhar como caseiro em uma propriedade rural. 01 venezuelano decidiu voltar para Roraima por motivos pessoais, e teve o auxílio de uma igreja para a compra de passagem. Saiu de Cachoeirinha para São Paulo, e, posteriormente, iria até Boa Vista.

**c) Sobre reunificação familiar:** 15 venezuelanos conseguiram trazer as famílias de Boa Vista e Pacaraima, totalizando mais 47 pessoas que chegaram em Cachoeirinha naquele momento. Essas famílias vieram com o auxílio da OIM de reunificação familiar, com exceção de um caso que teve auxílio financeiro de entidade religiosa para trazer a família de Boa Vista.

**d) Sobre educação:** três venezuelanos que vieram pela interiorização começaram a estudar na rede de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do município. Das famílias chegadas, 11 crianças foram matriculadas na rede pública de Ensino Fundamental.

### 3.9 SERVIÇO ESPECIALIZADO AO MIGRANTE

Este projeto originou-se a partir do processo de interiorização de migrantes venezuelanos no município de Cachoeirinha, no período de setembro de 2018 a março de 2019 no Centro Comunitário Nossa Gente.

A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social (SMCAS) após ter coordenado o acolhimento dos migrantes venezuelanos, contou com o apoio e esforço do

grupo de servidores envolvidos, cotidianamente, no sentido de inseri-los na rede socioassistencial e no acesso aos serviços e benefícios garantidos por lei, articulando as políticas públicas relacionadas ao atendimento às situações de vulnerabilidade e à garantia de direitos.

Com o término do período de acolhimento dos venezuelanos, no Centro Comunitário, a equipe gestora e técnica da Secretaria de Cidadania e Assistência Social, diagnosticou a demanda de um serviço que pudesse dar continuidade aos atendimentos e encaminhamentos já iniciados durante o acolhimento desses migrantes, sendo assim, permaneceu atendendo os migrantes através de um serviço de atendimento especializado a migrantes que garantisse o acesso a direitos sociais e aos serviços públicos. Todavia, a partir desta data, começou-se o atendimento nas dependências da sede que ficava no pátio da Prefeitura Municipal. Atualmente houve a troca de endereço, de modo que tem-se a continuidade de assistência aos migrantes venezuelanos, agora na nova sede da SMCAS, na Av. Flores da Cunha, 3810.

As novas demandas são relacionadas a questões de documentação para os recém-chegados ou então para trocar o tipo de regularização migratória (da solicitação de refúgio para a autorização de residência de país fronteiriço), além de questões de saúde. Além disso, os venezuelanos permaneceram procurando a prefeitura para tirar dúvidas e fazer reclamações quanto ao mercado de trabalho brasileiro e quanto ao valor de aluguel das moradias. Isto acontece devido à combinação entre os baixos salários e o alto custo de vida (principalmente, aluguel da moradia e alimentação), custos que começaram a ter após a saída do Abrigo e, assim, sobra pouco dinheiro para o envio a suas famílias. Além disso, outro ponto destacado sobre o aluguel para os venezuelanos é que o valor acaba sendo maior que o esperado, pois não inclui gastos com água e luz.

Diante da magnitude deste cenário, foi possível entender que o processo de interiorização foi o início de uma longa jornada a ser percorrida pelo Poder Público, que abriu suas portas para os migrantes venezuelanos, por uma questão humanitária, porém, junto a estes sujeitos de direitos, vem toda uma complexidade de fatores e de políticas públicas que precisam ser revistas e garantidas no município. Para tanto, sublinha-se a necessidade de buscar a igualdade de direitos aos migrantes que moram em Cachoeirinha, iniciando a busca ativa das comunidades senegalesas e haitianas para conhecer suas necessidades e elaborar outras frentes de atuação na prefeitura a este outro público de migrantes.

Ofertou-se, através de equipe qualificada, serviço de orientação sobre a regularização migratória, facilitando o acesso à informação e à integração local, às políticas públicas do município, tais como, encaminhamentos de emprego, assistência social, saúde, moradia e

educação. Desenvolveram-se ações conjuntas com a sociedade civil, buscando-se o fortalecimento das políticas públicas ofertadas ao público migrante de forma legal, isto é, que a mesma possa ser instituída através de legislação própria.

O Brasil criou a Lei de Migração, nº 13.445, de 24 de maio de 2017, garantindo no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, bem como assegurando o acesso aos serviços públicos de saúde, de assistência social e a previdência social, nos termos da lei, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória. Igualmente, torna-se imperativo que este trabalho, realizado desde 2018, com o processo de interiorização e, posteriormente, com a criação do Serviço especializado ao Migrante possa mostrar aos gestores municipais, tanto em nível Executivo e Legislativo, que o caminho para assegurar e garantir políticas públicas efetivas a este segmento da sociedade, que vem aumentando a cada dia, seja através de Lei Municipal.

## 4 DISCUSSÃO

A conceitualização desenvolvida sobre integração local no referencial teórico é a base para analisar, neste capítulo, a trajetória de ações desenvolvidas pelo poder público municipal durante o acolhimento aos venezuelanos recepcionados pela interiorização, ao longo dos seis meses de funcionamento do Abrigo de Cachoeirinha.

Considerando a conceitualização desenvolvida ao longo do referencial teórico, o processo de integração local pode ser descrito como complexo, interdisciplinar e dinâmico. Castles et al. (2002) desenvolvem a integração como um esforço conjunto entre as partes, dos migrantes e da sociedade anfitriã. Penninx (2005) identifica que a integração ocorre em todas as esferas, no nível local, nacional e internacional, mas reforça a importância do processo desenvolvido por governos locais e cidades.

A interiorização como ação apresenta uma complexa operacionalização de recursos, de atores políticos e de meios para o seu desenvolvimento, em um cenário de intensa articulação entre governo federal e agentes locais em diversas cidades do Brasil. Nesse sentido, a iniciativa da interiorização já foi apontada como um “[...movimento pré-ordenado e controlado por instâncias do poder público federal e por organizações internacionais” (Rosa; Merigueti, 2018, p. 309).

A interiorização possibilita a organização prévia de entes locais para a recepção dos venezuelanos, conforme abordado por Merigueti e Rosa (2018), de que a ação proporcionou uma “[...situação de controle e de maior institucionalidade” (Merigueti; Rosa, 2018, p. 309).

Em relação a outras cidades brasileiras que receberam a modalidade Abrigo da Interiorização, foi possível encontrar o relato de Carvalho et al. (2018, p. 302) que, na experiência da instituição Missão Paz (um dos atores locais responsável pelo acolhimento em São Paulo), os migrantes tinham “[...vulnerabilidades como medo, insegurança, dispersão familiar, ansiedades para acesso ao trabalho, educação, saúde, moradia”. E sobre o processo de acolhimento na instituição, Carvalho et al. (2018) comentam:

Acolhida como um processo de várias dimensões e não um ato pontual. A acolhida não se limita a dar um lugar para dormir, se alimentar e, em alguns casos, aulas de português. A acolhida é um processo que passa por várias etapas e que continua após a saída da Casa do Migrante; conta com a participação de vários atores, seja da sociedade civil, seja das instituições públicas como também dos próprios migrantes; 58 compreende também a organização, articulação e incidência política para o acesso à educação, à saúde, à moradia, proposição e implementação de políticas públicas (Carvalho et al., 2018, p. 303)

Nesse sentido, Baltar, Baltar e Favero (2018) também escrevem sobre a experiência da interiorização no Paraná, e ressalta o envolvimento dos atores e, em especial, a importância da participação de entes locais:

É importante que esse processo se desenvolva, de fato, com o envolvimento ativo de todos os atores previstos para essa ação, especialmente aqueles situados no contexto local, de recepção desses migrantes, ou seja, poder público local e associações da sociedade civil (Baltar; Baltar; Favero, 2018, p. 290).

No caso de Cachoeirinha, o acolhimento da interiorização foi uma ação pioneira para os atores envolvidos em âmbito local. Primeiro, para os migrantes venezuelanos que estão em uma nova sociedade de acolhida, com prováveis diferenças e proximidades da realidade brasileira que, antes de vir a Cachoeirinha, vivenciaram em Boa Vista e Pacaraima. Sob essa perspectiva, vivenciada com os venezuelanos no Abrigo, foi primordial o desenvolvimento de novas habilidades durante a interiorização, já que não havia conhecimentos ou experiências prévias sobre a recepção e acolhimento de migrantes para que se pudesse trabalhar suas demandas específicas. Frisa-se que o desenvolvimento do processo de integração local fez parte da formação de conhecimentos na área para os agentes municipais envolvidos.

Moreira (2014), ao trabalhar sobre os atores envolvidos na integração dos refugiados no Brasil, discute que, predominantemente, eles são acolhidos pela sociedade civil. Em comparação, a interiorização foi um processo inédito porque passou a responsabilizar o poder público municipal pelo desenvolvimento do acolhimento em nível local dos migrantes recepcionados na cidade. Inclusive, na análise documental, não foi possível encontrar qualquer menção a um plano do governo federal sobre o acolhimento local para a interiorização, deixando o processo de integração dos venezuelanos inteiramente para a gestão do ator local.

Constatou-se, portanto, que o poder público municipal de Cachoeirinha ao receber a interiorização, tornou-se protagonista da integração em nível local, desenvolvendo o acolhimento dentro de suas possibilidades de atuação, das condições locais e das demandas do grupo, sem necessariamente seguir um padrão de acolhimento de uma ação que foi idealizada e construída em nível federal. O protagonismo é evidente, pois pode-se enfatizar que não houve um controle ou suporte direto do governo federal para as ações, responsabilidades e necessidades da gestão municipal. Como o ACNUR alugou o prédio, contou-se com o apoio técnico das visitas da Associação Antônio Vieira (ASAV), que atuou ao longo da interiorização como instituição mediadora para o ACNUR, compartilhando algumas responsabilidades de atendimento e de demandas dos venezuelanos.

Em síntese, os autores citados no referencial teórico trabalham as dimensões do processo de integração de migrantes e refugiados em uma nova sociedade, destacando-se, nessa perspectiva, os seguintes aspectos: a) Crisp (2004) apresenta as dimensões da integração em três processos: legal (aquisição de residência), econômico (meios de subsistência) e social (viver entre e com a população anfitriã); b) Penninx (2005) trata sobre as três dimensões da cidadania: jurídico/político (direito a residência e direitos políticos), socioeconômico (mercado de trabalho e seguridade social) e cultural e religioso (respeito e possibilidade de grupos culturais, étnicos ou religiosos); c) Ager e Strang (2008) com os domínios: emprego, habitação, educação, saúde, cidadania, direitos, conexão social e barreiras estruturais relacionadas à língua, cultura e ambiente local; d) Moreira (2014) traz as esferas: social, cultural, étnica, religiosa, econômica, política, psicológica e espacial.

Ressalta-se também que Ager e Strang (2008) incentivam a adaptação dos domínios à realidade local, na qual serão aplicadas para uma avaliação da integração local de refugiados. Sob esse contexto, serão estabelecidas conexões desses aspectos do processo de integração local desenvolvidos pelos autores enunciados com as ações, decisões e relações interinstitucionais traçadas pela gestão municipal de Cachoeirinha durante o acolhimento no Abrigo da Interiorização. Considerando a experiência da interiorização, serão discutidas as dimensões: normativa, da saúde e assistência social, laboral, educacional, social e habitacional.

Após a chegada dos dois grupos de venezuelanos recepcionados no fim de setembro de 2018, a primeira ação desenvolvida do Abrigo foi a realização de entrevistas para conhecê-los e identificar as necessidades individuais. Isso também ajudaria o desenvolvimento do próprio trabalho já que permitiu que se entendesse, a partir dos próprios venezuelanos, suas expectativas e sobre quais aspectos deveriam focar o trabalho a curto e longo prazo no acolhimento.

Esse momento também embasou o trabalho da equipe, que, a partir da identificação das demandas, pôde procurar apoio com outras instituições, realizando parcerias ou convocando outros órgãos e agentes públicos para o encaminhamento das necessidades específicas do acolhimento. O desenvolvimento desse diagnóstico pode ser considerado como a primeira ação do poder público sobre o processo de integração local dos migrantes venezuelanos acolhidos na interiorização.

Referente aos conceitos construídos por Crisp (2004) sobre o aspecto legal; Penninx (2005) sobre a cidadania jurídica e política e Ager e Strang (2008) sobre o domínio normativo, quando os venezuelanos foram realocados pela interiorização, um dos critérios

para participar da estratégia era a regularização migratória. No entanto, conforme observado durante o acolhimento da interiorização surgiram demandas para a gestão do Abrigo e para a Asav quanto aos aspectos complementares a sua regularização migratória, como a troca do pedido de refúgio por autorização de residência e transferência do documento RNM de Roraima para o Rio Grande do Sul.

Esses casos demonstram que, mesmo que a princípio os migrantes já viriam com documentação completa e regularização migratória, a gestão municipal necessitou trabalhar sobre demandas jurídicas ou legais durante o acolhimento. Como foi identificado que não havia envolvimento prévio à interiorização com o tema das migrações, o poder público municipal não estava apto a encaminhar essas demandas no momento inicial de acolhimento da interiorização. Ao mesmo tempo, os migrantes acolhidos não estavam totalmente desprovidos desse atendimento, já que o Abrigo contou com a assessoria da equipe da Asav, que desenvolve o trabalho de reassentamento de refugiados e assumiu essas responsabilidades, auxiliando nessas dificuldades, especialmente na falta de preparo do poder público nesse quesito.

Na questão específica trazida sobre o problema de contratação dos migrantes pela falta do RNM como documento de identificação, foi um equívoco encaminhar o pedido de autorização de residência, se a intenção de troca foi apenas motivada por isso. Se houvesse conhecimento prévio da gestão sobre os direitos dos migrantes como solicitantes de refúgio, poderia se informar às empresas e aos venezuelanos que não há qualquer impeditivo para sua contratação, e que o protocolo de refúgio é um documento de identificação válido que substitui o RNM até que o migrante tenha seu pedido de refúgio analisado e julgado. Essa resolução encaminhada é muito questionável, já que o problema da contratação deveria ser resolvido pelas empresas e não justificaria a modificação na regularização migratória dos venezuelanos.

Caso tenha ocorrido a desistência do pedido de refúgio e não uma complementaridade da residência até que o refúgio seja julgado, a troca de regularização migratória é uma situação grave, pois os migrantes deixam de receber e ter acesso a um sistema de proteção internacional para refugiados. Isso influencia diretamente em sua integração em longo prazo, já que, como refugiados, por exemplo, podem ter acesso à facilitação da documentação na revalidação de diplomas ou a editais específicos de ingresso em universidades brasileiras, entre outras políticas excepcionais elaboradas exclusivamente para estes grupos. Esses exemplos demonstram a importância do conhecimento prévio e envolvimento com a temática

por gestores, organizações e poder público que receberam e receberão (posteriormente) migrantes nas cidades de acolhida da interiorização.

A dimensão da saúde, conforme elencada por Ager e Strang (2008), foi considerada como área prioritária no início do acolhimento. Sua relevância pode ser considerada devido ao contexto de vida do grupo, que já estava vivendo em uma situação de vulnerabilidade em Roraima. Nesse quesito, a integração inicial na área de saúde e assistência social durante o acolhimento em Cachoeirinha foi realizada com o envolvimento de outros setores públicos e esferas governamentais para suprir as demandas individuais e propiciar o acompanhamento dos casos.

Além do esforço em realizar mutirões de saúde e da assistência social, cabe ressaltar que, durante o período no Abrigo, os venezuelanos estiveram assessorados na rede local de saúde, inclusive com horário extraordinário de atendimento na UBS Carlos Wilkens. Criou-se, assim, uma referência para os venezuelanos sobre onde procurar pelos serviços de saúde e assistência social na rede pública, mesmo após a finalização do acolhimento. Isso demonstra que a integração nessas áreas foi positiva desde o início da interiorização no município, possibilitando a criação e continuidade desse vínculo em longo prazo.

Crisp (2004) categoriza no processo econômico a criação de meios de subsistência, Penninx (2005) inclui o mercado de trabalho na dimensão socioeconômica e Ager e Strang (2008) citam o emprego como domínio no processo de integração. A dimensão laboral caracteriza-se pelos agentes e o ambiente de trocas para sua concretização. Depende tanto dos migrantes (de sua qualificação e experiência profissional), como também do mercado de trabalho local (de sua empregabilidade e das oportunidades disponíveis). O objetivo, portanto, foi manter o foco de atuação na inserção do grupo no mercado de trabalho durante o acolhimento da interiorização. Todavia, nas questões econômicas e laborais há diversos entraves a serem trabalhados em conjunto com as demais esferas de governo, migrantes e outros atores envolvidos.

Identificou-se que os migrantes priorizavam ajudar financeiramente os familiares que ficaram em Roraima e na Venezuela e, como isso era uma questão urgente para eles, as remessas de dinheiro continuariam até quando fosse possível. Na perspectiva da gestão, ao auxiliar suas famílias à distância, os migrantes utilizavam o tempo de moradia no Abrigo para economizar nos seus gastos, sem poupar ou investir na sua autonomia financeira para a saída do abrigo temporário.

Essa posição, somada à mudança da regra de saída do abrigo demonstraram a fragilidade e a dificuldade em manter o migrante nesta condição no acolhimento, pois existia



um prazo para o fechamento do Abrigo, sendo que, se não se cumprisse, primeiramente, ocorreria uma maior fragilização da já vulnerável relação entre migrar e a busca por melhores condições de vida, por questões econômicas, por emprego, dentre outras. Em segundo lugar, atingiria-se o contexto do atual fluxo migratório venezuelano e, por último, exporia-se a demanda econômica identificada sobre o grupo recepcionado. Sobre a atuação da gestão municipal para a inserção dos migrantes no mercado de trabalho, como mencionado, as principais ações foram:

- a) buscar a parceria com a agência do Sine de Cachoeirinha, para a confecção de currículos e encaminhamentos para vagas de trabalho;
- b) intermediar contratações com empresas que buscavam o Abrigo diretamente, em especial após a cobertura da mídia sobre a vinda dos venezuelanos para o Rio Grande do Sul;
- c) acompanhar os migrantes em processos seletivos coletivos, fortalecendo o apoio direto aos venezuelanos e para as empresas.

Por outro lado, nem todas as oportunidades de trabalho foram acompanhadas diretamente pela gestão do Abrigo por falta de estrutura de pessoal. Essa falta de controle pode ter contribuído para a exposição dos migrantes a situações de exploração de sua mão de obra ou a condições de subemprego.

Sem alternativas melhores, a urgência em iniciar uma atividade remunerada e o tempo estabelecido para a saída do Abrigo podem ter contribuído para colocar os venezuelanos em uma situação difícil. Tratava-se de uma necessidade aceitar trabalhos temporários e por diárias. A informalidade das vagas, as condições de trabalho, a quantidade de horas trabalhadas, os valores abaixo do que a lei trabalhista designa e, ainda, os desentendimentos sobre valor a receber foram algumas das situações relatadas.

Nessa linha, Carvalho et al. (2018) contam a experiência da interiorização na Missão Paz: “a situação de vulnerabilidade, a ânsia por emprego imediato e o desejo de retornar o curso de suas vidas tornam migrantes alvos preferenciais de empresas ou agenciadores de má índole que os submetem a mecanismos perversos de exploração” (Carvalho et al.; 2018, p. 297). Isso também pôde ser percebido durante o acolhimento em Cachoeirinha, o que demonstra que a precariedade na integração laboral pode ser considerada como um fenômeno nacional e não um fato isolado e característico apenas da experiência da interiorização na cidade analisada.

Além dessas situações de exploração e da informalidade, outros problemas também aconteceram na integração laboral dos migrantes no mercado formal. A inserção no mercado de trabalho em vagas não condizentes com a qualificação apresentada pelos migrantes e

também, por isso, a posterior situação que os venezuelanos, em sua maioria, preencheram vagas com remuneração baixa.

Dois pontos precisam ser discutidos sobre a precariedade da inserção no mercado de trabalho formal: 1º) a falta da documentação necessária e 2º) as dificuldades dos processos de revalidação de diplomas. O problema vivenciado na Interiorização em Cachoeirinha foi que a maioria dos venezuelanos não trouxe os documentos necessários para o Brasil, tanto para abrir o processo de revalidação de Ensino Médio como de Ensino Superior.

Por isso, o cenário da dimensão laboral é permeado por situações de difícil gerenciamento, de muitas dificuldades e desafios a serem enfrentados, que atravessam o desenvolvimento da integração em âmbito local. A realidade da inserção laboral em Cachoeirinha, desenvolvida em grande parte pelo poder público municipal, está longe de uma situação de empregabilidade ideal, considerando-se, especialmente, a discrepância entre vagas preenchidas e a qualificação profissional dos migrantes.

No entanto, nos dados apresentados pelo poder público sobre a inserção dos venezuelanos recepcionados no mercado de trabalho formal e informal, a maioria dos venezuelanos estava trabalhando com carteira assinada e, ao menos quem não estava empregado formalmente, estava desenvolvendo atividades temporárias. Isso indica que, durante o tempo de acolhimento da interiorização, a gestão municipal conseguiu fazer os encaminhamentos necessários para iniciar a integração laboral dos migrantes, apesar das dificuldades enfrentadas no campo.

Constata-se que o foco do acolhimento na interiorização pela gestão municipal foi a integração laboral, e que a equipe buscou principalmente a inserção no mercado de trabalho formal dos migrantes. É preciso levar em conta o curto período de tempo que a gestão municipal teve para desenvolver e solucionar a questão da autonomia financeira dos migrantes. O apoio de acolhimento oferecido pela interiorização foi de até seis meses. Nesse contexto, o resultado alcançado pela gestão (de que a maioria dos migrantes conseguiu sua inserção no mercado de trabalho formal durante o acolhimento) pode ser considerado como exitoso já que, de certa forma, resolveu-se a urgência inicial do grupo e iniciou-se a construção de sua autonomia em âmbito local.

A discussão sobre a precariedade do trabalho e do subemprego não alcançou relevância suficiente para a ação por parte da gestão municipal – até porque, em grande parte, essas questões transpassam o âmbito local e não seriam solucionadas diretamente por sua atuação. Então, para além da atuação da gestão municipal, ressalta-se que os desafios e as dificuldades da integração laboral dos venezuelanos em âmbito local (questões como a

comprovação de escolaridade, revalidação, informalidade, exploração da mão de obra) deverão ser evidenciadas e trabalhadas também por atores das demais esferas governamentais, por instituições não governamentais e pela sociedade civil e empresariado. Assim, essas ações são necessárias, para que, no longo prazo, a integração laboral dos migrantes venezuelanos no Brasil possa ser desenvolvida, levando-se em conta sua qualificação profissional, com melhores oportunidades de trabalho e inserção formal, e com respeito a seus direitos e à legislação trabalhista.

Ager e Strang (2008) tratam da questão educacional diretamente como um dos domínios da integração local. No caso de Cachoeirinha, o grupo de venezuelanos que veio no momento da interiorização era composto de homens adultos e, portanto, surge com o grupo a demanda na área educacional. A revalidação da escolaridade para o exercício profissional se torna uma questão importante. No entanto, os trâmites necessários para revalidar diplomas de Ensino Médio e Ensino Superior no Brasil transpassam a responsabilização de atuação pela gestão municipal.

Para os casos de migrantes venezuelanos que trouxeram os diplomas, o poder público municipal poderia atuar no encaminhamento junto aos órgãos e instituições competentes para realizar a revalidação. Todavia, não houve casos de revalidação de diploma durante o acolhimento da interiorização. Houve muita dificuldade de interpretar e reconhecer a escolaridade dos venezuelanos, não pela possível falta de formação acadêmica, e sim porque não conseguiram trazer documentos para o Brasil. Como será explicitada a seguir, essa questão envolve, principalmente, um planejamento prévio à migração.

A revalidação de diploma de nível médio é realizada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul, com a abertura de um processo com trâmite, de certa forma, rápido e simples. No entanto, a principal dificuldade a ser atendida é quanto à exigência de consularização da documentação de escolaridade por representação diplomática brasileira no país de origem. Isso aponta que há uma necessidade de organizar essa documentação previamente, tornando-se um problema ou uma impossibilidade revalidar os estudos de Ensino Médio se não foi feita essa consularização antes da saída da Venezuela.

Quanto ao processo de revalidação de diploma de nível superior, a dificuldade pode ser ainda maior. Para além da questão sobre a documentação exigida, o processo tem um alto custo para ser iniciado e um prazo de tramitação longo. Primeiro, a pré-análise do processo é realizada através da plataforma Carolina Bori (do Ministério da Educação) e, posteriormente, com prazo de, aproximadamente, um ano para ser analisada pela universidade federal revalidante.

Por isso, a atuação na dimensão educacional transcende o gerenciamento da gestão municipal, e precisa ser trabalhada em âmbito federal. Por exemplo, o governo federal poderia lançar alternativas à revalidação. Esse ator tem um papel importante de mobilizar e sensibilizar conselhos de classes profissionais e sindicatos, proporcionando outras formas de exercício profissional e reconhecimento da qualificação.

Ademais, foi possível identificar outros enfoques para o desenvolvimento da integração através da educação. Nesse sentido, a parceria realizada pelo poder público municipal com uma faculdade local – o CESUCA – possibilitou o auxílio da área da Psicologia no início do acolhimento e também da possibilidade de acesso pelos venezuelanos à utilização da biblioteca nessa faculdade.

Para além disso, cabe mencionar que, no momento posterior ao acolhimento da interiorização, alguns venezuelanos estavam estudando na EJA em Cachoeirinha. Ainda, no caso de familiares recepcionados no município após a interiorização, crianças foram atendidas com vagas na rede pública de ensino local. São indícios de que houve iniciativa do poder público municipal em trabalhar na construção, em longo prazo, da dimensão educacional como uma das formas de integração dos migrantes venezuelanos na cidade.

Ager e Strang (2008) referem-se ao processo de conexão social como as trocas desenvolvidas entre e dentro dos grupos de migrantes e com a comunidade local. Pode-se, nessa dimensão, mencionar as relações construídas ao longo do acolhimento entre os próprios venezuelanos, laços que provavelmente continuarão após o término da interiorização.

No acolhimento havia um espaço de convivência coletivo, montado no salão amplo, nos fundos do prédio, o qual possibilitou momentos de interação entre os venezuelanos. No entanto, a residência no Abrigo era temporária e essa condição pode ter prejudicado o estabelecimento e continuidade de vínculos dos migrantes com a comunidade local.

Sobre as barreiras estruturais da língua, presume-se que o pouco tempo de acolhimento no Abrigo proporcionou o desenvolvimento de conhecimento básico da língua portuguesa. A continuidade do aprendizado se construiu ao longo de sua vivência na sociedade brasileira, em momento posterior ao acolhimento da interiorização.

Algumas comunidades religiosas prestaram apoio de forma independente para alguns migrantes. Isso indica que o viés social foi trabalhado ainda durante o acolhimento por organizações não governamentais. Esse fato vai de acordo com a realidade brasileira apontada por Moreira (2014) de que, “[...as iniciativas voltadas para a integração dos refugiados no Brasil são levadas a cabo preponderantemente pela sociedade civil” (Moreira, 2014, p. 33).

Ager e Strang (2008) mencionam o domínio da habitação. Com a análise documental, não foi possível encontrar na estratégia do governo federal a previsão na modalidade abrigo sobre o momento posterior ao tempo de alojamento temporário da interiorização, deixando os migrantes totalmente responsáveis por sua integração no quesito moradia, após conseguirem sair do Abrigo. Nesse sentido, menciona-se que a habitação é uma das dimensões da integração dos migrantes, mas não especificamente da atuação da gestão municipal durante o acolhimento.

Apesar disso, a gestão municipal teve uma atuação positiva sobre essa área. O auxílio na busca por opções de moradia para os venezuelanos durante o tempo do acolhimento. No Abrigo havia sempre cartazes com anúncios de aluguel fixados nas paredes da área coletiva do local, com opções e com valores acessíveis, e isso ajudou com que eles encontrassem mais facilmente um lugar para morar após a saída do espaço. Sabe-se de casos de migrantes que se conheceram no Abrigo e depois seguiram a vida dividindo uma nova moradia após a interiorização, como forma de contornar os custos do aluguel.

Tendo em vista o desenvolvimento de capacidades até então desconhecidas para o ator local, é possível apontar que a participação do município na interiorização fez com que o poder público municipal colocasse a migração como uma de suas pautas de trabalho em âmbito local. Ao tratarem sobre a realização da interiorização, Sampaio e Silva (2018) questionam: “quanto ao que fica de legado para as cidades acolhedoras em matéria de políticas públicas, desenvolvimento de capacidade de atores locais, equipamentos sociais, obras e políticas de desenvolvimento?” (Sampaio; Silva, 2018, p. 392).

É possível constatar essa mudança através deste relato da experiência da interiorização, o quanto foi marcante a chegada dos venezuelanos e fez com que os agentes públicos fossem sensibilizados sobre a temática e começassem a desenvolver a capacidade local de resposta às necessidades da população venezuelana recepcionada no município. Assim, após a finalização do acolhimento da interiorização na cidade e, naquele momento, o poder público deu continuidade ao vínculo estabelecido com os venezuelanos recepcionados.

A Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social virou um local de referência para os venezuelanos, que costumam procurar sua equipe em diversas situações. Desse modo, segue-se o trabalho relativo aos encaminhamentos gerais (principalmente na área de saúde e sobre documentação) e também com novas demandas, pois surgiram novas questões com a chegada dos familiares dos venezuelanos interiorizados. Por exemplo, vagas na educação infantil para as crianças e a elaboração de currículos para os adultos.

Entende-se, contudo, que as políticas públicas devem ser articuladas para atender as demandas específicas e complexas dos migrantes e refugiados. Desde então, trabalha-se com indicativo na estruturação e preparo técnico para a ampliação de atendimentos ao público geral de migrantes na cidade. As comunidades senegalesas e haitianas estão presentes na cidade há muito tempo e, até então, conforme mencionado, não tinham essa relação de proximidade com a agenda política local e não contavam com uma atenção focalizada em suas demandas específicas.

Portanto, o legado da interiorização para o município foi o início de um olhar atento e sensível às demandas de sua população migrante, para os venezuelanos e possivelmente ampliando o olhar para outras comunidades. Como resultado, criou-se o Serviço Especializado ao Migrante em abril de 2019, o qual busca atender a população migrante local. Configura-se como um passo importante para o desenvolvimento técnico das capacidades do ator político local e para a geração de integração para as comunidades migrantes na cidade. Outro indicativo importante, é o Projeto de Lei que tramita no município, criando a Política Pública para Migrantes e Refugiados, ou seja, caminha-se para a integralidade da garantia dos direitos deste público.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O fluxo migratório venezuelano tem se apresentado como o maior fenômeno de deslocamento humano dos últimos anos na América Latina e no Caribe, e um dos maiores em nível global. O governo brasileiro criou a estratégia de interiorização com o intuito de gerenciar o fluxo de chegadas em Roraima e de proporcionar, com a realocação, melhores condições de vida para os migrantes venezuelanos em outras localidades no Brasil.

Diante desse cenário, a interiorização se destaca como uma iniciativa inédita de controle e de gestão de fluxo migratório, apresentando complexa operacionalização e atuação de diversos atores políticos, como agências internacionais, esferas governamentais e organizações da sociedade civil. No primeiro ano, período entre abril de 2018 a abril de 2019, foram 29 etapas de realização, envolvendo a realocação de mais de 5400 migrantes venezuelanos, desde Roraima para, pelo menos, 17 estados e 50 cidades brasileiras.

O presente trabalho teve como objetivo analisar a atuação do poder público municipal de Cachoeirinha através das experiências vivenciadas pela autora deste estudo na construção do processo de integração local durante os seis meses de acolhimento aos migrantes recepcionados na modalidade Abrigo da Interiorização. Para essa investigação, foram utilizados como métodos de pesquisa a revisão da literatura, análise documental, consulta em fontes de dados secundários e o relato das experiências vivenciadas na atuação no processo de interiorização no Abrigo de Cachoeirinha.

Assim, ao analisar a trajetória de articulações da gestão municipal no processo de integração local, identificou-se a atuação nas seguintes dimensões: saúde, normativa, educação, laboral, social e habitacional. De forma geral, a integração local foi desenvolvida pela cidade de destino da interiorização de forma independente, com ações nas áreas especificadas para suprir as demandas apresentadas pelo grupo recepcionado.

A análise indicou que o foco do acolhimento foi a integração laboral, sendo possível constatar ampla atuação do poder público, com a realização de parcerias e intermediações para possíveis contratações. Isso possibilitou que, ao final do tempo de funcionamento do Abrigo da Interiorização, os venezuelanos recepcionados estivessem empregados ou envolvidos em atividades remuneradas temporárias.

Constatou-se ainda, que a inserção laboral foi a partir do preenchimento de vagas com baixos salários, com a exposição dos migrantes venezuelanos a situações de subemprego e exploração de sua mão de obra. Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que esse cenário também foi encontrado na literatura em relatos sobre outras cidades brasileiras que receberam

a modalidade abrigo da interiorização. Isso indica que a precariedade na integração laboral não é uma vivência exclusiva do município – Cachoeirinha, e que pode fazer parte de uma realidade enfrentada por migrantes e refugiados no Brasil de forma geral.

Na análise, também foi possível observar um destaque quanto à cobertura de serviços públicos nas áreas da saúde e assistência social do município, em que os migrantes foram bem acolhidos e tiveram suas demandas encaminhadas. A dimensão normativa foi parcialmente solucionada antes da chegada, já que para os migrantes venezuelanos participarem da interiorização era necessário já ter sua regularização migratória em andamento. No entanto, demandas pontuais surgiram durante o acolhimento local, e a atuação da gestão municipal nesse quesito foi incipiente. O ator local não estava preparado para lidar com essas demandas, pois a gestão não tinha envolvimento prévio na temática das migrações, e isso pode ter afetado seu desempenho no encaminhamento de soluções no curto prazo.

Na área da educação, não houve demandas durante o acolhimento para o poder público local, pois o grupo recepcionado era composto por homens adultos, mas houve outras questões normativas na área educacional a serem resolvidas. Nessas situações, o poder público não conseguiu encaminhar soluções, já que as dificuldades estavam além de sua atuação, como a falta de documentação necessária para a revalidação de diplomas e o entrave burocrático de outras esferas governamentais.

A dimensão social foi desenvolvida através de ações pontuais, demonstrando as fragilidades do poder público nesse quesito durante o acolhimento. Além disso, o ambiente do Abrigo contou com a presença apenas dos funcionários e dos migrantes venezuelanos. Isso indica que a conexão social com a comunidade local só será construída em relações e vínculos após o acolhimento temporário no Abrigo. Por isso, constata-se que os migrantes são os protagonistas de sua integração na dimensão social.

Outro ponto importante da pesquisa foi que a participação de Cachoeirinha na interiorização proporcionou a sensibilização de agentes locais e o poder público sobre o tema das migrações. Isso é um importante legado da interiorização para o município, já que o poder público municipal continua atuando como ator político na integração local dos migrantes venezuelanos após a finalização da experiência na cidade.

Ao realizar esta pesquisa, constatou-se avanços do poder público local, que já ampliou os atendimentos institucionalizados para outras comunidades migrantes, presentes no município. Isso também indica que a interiorização gerou maior comprometimento e responsabilização do poder público com a promoção do bem-estar da população migrante.



Cabe ressaltar aqui as limitações desta pesquisa, já que o recorte pretendido para este trabalho foi o viés institucional, além da busca ao relato das experiências vividas pelo processo de interiorização, sendo possível analisar apenas o papel exercido pela gestão municipal na qual estava inserida.

Por fim, destaca-se o papel do poder público municipal na garantia de acesso e na provisão de serviços públicos, institucionalizando as demandas dos migrantes venezuelanos recepcionados em suas ações para a transformação coletiva da realidade local. Importante também a atuação em rede com as demais esferas de governo, que precisam exercer suas responsabilidades para o atendimento às especificidades advindas da migração e do refúgio.

Sendo assim, entende-se que é obrigação do Poder Público, atender as demandas daqueles que vivem em seus territórios e garantir aos migrantes tratamento digno, com legislação específica (municipal), que venha garantir suas particularidades e especificidades. Dito de outro modo, é um dever local através de políticas públicas.

## REFERÊNCIAS

AGER, Alastair; STRANG, Alison. Understanding Integration: A Conceptual Framework. **Journal of Refugee Studies**. Oxford: v. 21, n. 2, p. 166-191, 2008. Disponível em: <https://academic.oup.com/jrs/article/21/2/166/1621262>. Acesso em: 02 mar. 2023.

BALTAR, Cláudia Siqueira; BALTAR, Ronaldo; FAVERO, Deusa Rodrigues. Política de “Interiorização” da migração venezuelana recente: considerações a partir do estado do Paraná. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018

BERVIAN, Lígia; ROSO, Adriane. Imigração e políticas públicas: um estudo com imigrantes argentinos e uruguaios. **Revista Sociais e Humanas**. Santa Maria: v. 26, n. 2, p. 229-242, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/sociaisehumanas/article/view/5684>. Acesso em: 15 abr. 2023.

BERWIG, Solange Emilene; CARRARO, Gisele; DAMASCENA, Monique Bronzoni. **Cidadãos do mundo: a (des)proteção de imigrantes e refugiados no Brasil**. In. Anais do III congresso internacional de política social e serviço social: desafios contemporâneos e IV seminário nacional de território e gestão de políticas sociais III congresso de direito à cidade e justiça ambiental, Londrina, 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria Interministerial Mdr/Mmfdh Nº 9, De 26 De Agosto De 2022..** Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-mdr/mmfdh-n-9-de-26-de-agosto-de-2022-425186915>. Acesso em: 20 set. 2023.

BRASIL. **Lei. 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm). Acesso em: 13 maio. 2023.

CARVALHO, Letícia; PARISE, Paolo; PEREIRA, José Carlos. Venezuelanos acolhidos na Missão Paz: do lugar para descanso à incidência política e inserção social. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

CASTLES, Stephen; KORAC, Maja; VASTA, Ellie; VERTOVEC, Steven. **Integration: mapping the field**. London: Home Office Immigration Research and Statistics Service, 2002.

CRISP, Jeff. The local integration and local settlement of refugees: a conceptual and historical analysis. **New Issues in Refugee Research**. UNHCR - Geneva, 2004. Disponível em: <https://www.unhcr.org/en-us/research/working/407d3b762/local-integration-local-settlementrefugees-conceptual-historical-analysis.html>. Acesso em: 15 abr. 2023.

DALTRO, Mônica Ramos; FARIA, Anna Amélia de. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 223–237, 2019. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revispsi/article/view/43015>. Acesso em: 3 out. 2023.

FIGUEREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique, **Trajetória de Migrações no Brasil**. Acta Scientiarum. Ciências humanas e sociais [Internet]. v. 39, n. 1, p. 77-90. 2017.

FIGUEIREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Legislação e políticas públicas voltadas à imigração no Brasil. *Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*. Rio de Janeiro, vol. 8, n.2, p. 252-274, maio-ago, 2016.

FONSECA, Carlos Eduardo. **Operação Acolhida** – Histórico. Casa Civil, Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.casacivil.gov.br/operacao-acolhida/perguntas-erespostas>. Acesso em: 27 maio. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

KUHLMAN, Tom. The Economic Integration of Refugees in Developing Countries: A Research Model. **Journal of Refugee Studies**. Oxford: v. 4, n. 1, p. 1-21, 1991. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/31258421>. Acesso em: 15 abr. 2023.

LUSSI, Carmem. **Políticas públicas e desigualdades na migração e refúgio**. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 136-144, ago. 2015.

MOREIRA, Julia Bertino. **Refugiados no Brasil: reflexões acerca do processo de integração local**. *REMHU, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum. Brasília*, v. 22, n. 43, p. 85-98, dez. 2014.

PENNINX, Rinus. **Integration of migrants: Economic, social, cultural and political dimensions**. The new demographic regime: Population challenges and policy responses. United Nations. New York/Geneva: p. 137-152, 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/254920820>. Acesso em: 03 maio. 2023.

ROSA, William T. Laureano da; MERIGUETI, Diego Souza. O atendimento a venezuelanos realizado pela Cáritas de São Paulo em contexto de controle do fluxo migratório. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

SAMPAIO, Cyntia; SILVA, João Carlos Jarochinski. Complexidade x singularidade - a necessidade de outras soluções duradouras. In: BAENINGER, Rosana; SILVA, João Carlos Jarochinski (coord.). **Migrações Venezuelanas**. Campinas: Unicamp, 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas Públicas: Conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2ª ed., 2013.

SIMÕES, Gustavo da F; SILVA, Leonardo C. Da; OLIVEIRA, Antônio T.R.de;

MOREIRA, Elaine. CAMARGO, Júlia F. Sumário Executivo. In: SIMÕES, Gustavo da F. (org). **Perfil sociodemográfico e laboral da imigração venezuelana no Brasil**. Curitiba. CRV. 2017.

UNICEF. Crise migratória venezuelana no Brasil, S/D. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/crise-migratoria-venezuelana-no-brasil>. Acesso em: 20 set. 2023.

UNHCR. **Venezuela Situation**: responding to the need of people displaced from Venezuela. UNHCR, 2018. Disponível em: <https://data2.unhcr.org/en/documents/download/63088>. Acesso em: 7 maio 2023.